

PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

“Projeto Agrícola Herdade das Texugueiras Sul - HTS”

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

- Comissão de Coordenação e de Desenvolvimento Regional – Alentejo (CCDR-Alentejo)
- Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, IP (APA/ARH Alentejo)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP (ICNF)
- Direção Geral do Património Cultural/Direção Regional de Cultura do Alentejo (DGPC/DRC Alentejo)
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAP Alentejo)

20 de setembro de 2016

INDICE

1. IDENTIFICAÇÃO	3
2. APRECIÇÃO	4
2.1 Metodologia.....	4
Documentos analisados.....	4
Entidades/unidades orgânicas consultadas.....	4
Visita ao local.....	4
2.2 Aspectos Relevantes relativamente às Secções do EIA.....	4
Descrição do projeto.....	4
Infraestruturas Associadas.....	5
Alternativas consideradas.....	7
Desativação do projeto.....	8
3. SITUAÇÃO DE REFERENCIA	10
4. IMPACTES	20
5. IMPACTES CUMULATIVOS	28
6. PARECER TÉCNICO DA ENTIDADE PÚBLICA	30
7. RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA	31
8. PARECER	31

ANEXOS

- Anexo I – Planta de Localização
- Anexo II – Delegação de Assinatura
- Anexo III – Parecer Externo

1. IDENTIFICAÇÃO	
Designação do Estudo de Impacte Ambiental (EIA)/ Projeto	Projeto Agrícola HTS – Herdade Texugueiras Sul
Tipologia de Projeto	Desflorestação destinada à conversão para outro tipo de utilização das terras
Fase em que se encontra o Projeto	Projeto de execução
Localização	Herdade das Texugueiras Sul, Alcácer do Sal
Proponente	Hortícolas Saturnino, Lda.
Contacto	José Saturnino Lagoa Lapáro 2890-551 Alcochete Telefone: 968029088 NIF: 508065496 Endereço eletrónico: horticolas.saturnino@gmail.com
Valor do Investimento	3.000.000,00 €
Data de Entrada do EIA	5 de abril de 2016
Equipa responsável pela elaboração do EIA	Rios e Aquíferos, Lda.
Entidade Licenciadora	Não aplicável
Autoridade de AIA	Comissão de Coordenação e de Desenvolvimento Regional – Alentejo (CCDR Alentejo) Av. Eng.º Arantes e Oliveira, 193 7004-514 Évora Telefone: 266 740 300 Fax: 266 706 562
Comissão de Avaliação	CCDR-A: Eng.º Joana Venade (Presidente), Eng.º Maria João Matos (representante/Divisão de Avaliação Ambiental), Eng.º Luís Rufo (Direção Serviços de Ordenamento do Território). APA/ARH Alentejo: Eng.º Joaquim Condeça (Recursos Hídricos) DGPC: Dr.º Esmeralda Gomes (Património Arqueológico) ICNF: Arq.º Isabel Silva (Sistemas Ecológicos) DRAP Al: Eng.º Antonieta Ramalho (Projeto e Solos)
Enquadramento Legal	N.º 1, alínea d) do Anexo II (Área sensível - SIC Comporta/Galé), do Decreto-Lei n.º 151-B/2014, de 31 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março.
Descrição do projeto	O projeto consiste na produção de hortícolas para abastecimento de mercados tradicionais, das grandes superfícies portuguesas e a exportação para a Europa. As culturas a cultivar, em sistema de rotação, serão a cenoura, a cebola e a batata, dependendo das oportunidades de mercado, do ciclo natural de cada plantação, bem como dos ciclos das pragas e doenças a que estão suscetíveis. Serão criados cerca de 4 postos de trabalho especializado e cerca de 20 pessoas para trabalhos de colheita e de manutenção. O projeto desenvolver-se-á na Herdade das Texugueiras Sul numa área de 188,03 ha, contemplando uma superfície irrigável de 148 ha, sendo que o mesmo se apresenta em fase de projeto de execução.

2. APRECIACÃO

2.1 Metodologia

Documentos analisados

Estudo de Impacte Ambiental datado de fevereiro de 2016, Aditamento datado de junho de 2016, Elementos Adicionais datado de Julho de 2016, resultados da Consulta Pública e pareceres internos da CCDD-A, nomeadamente nas áreas do Ordenamento do Território, da Socioeconomia, da Qualidade do Ar, do Ruído e pareceres externos.

Entidades/Unidades orgánicas consultadas

Unidades orgánicas internas: Direção de Serviços do Ordenamento do Território (DSOT), Divisão de Licenciamento e Monitorização (DLMA) da Direção de Serviços de Ambiente, Direção de Serviços e Desenvolvimento Regional (DSDR).

Entidades externas consultadas: Câmara Municipal de Alcácer do Sal (CMAS).

Visita ao local – 23 de agosto de 2016, onde estiveram presentes representantes da CCDD Alentejo (Eng.ª Joana Venade, Eng.ª Maria João Matos e Eng.º Luís Rufo), a representante do ICNF (Arq.ª Isabel Silva), a representante do DGPC/DRC Alentejo (Dr.ª Esmeralda Gomes), os consultores (Eng.ª Ricardina Filhaço e Eng.º Rui Agostinho) e dois representantes do proponente (Sr. José Saturnino e Sr. Samuel Saturnino). Os representantes da DRAPAL, bem como da APA/ARH Alentejo não compareceram.

2.2. Aspetos relevantes relativamente às Secções do EIA

2.2.1 Antecedentes

Não existem antecedentes relacionados com este processo de AIA.

2.2.2. Descrição do projeto

A área de implantação do projeto tem 188,03 ha, contempla uma superfície irrigável de 148 ha, sendo que o mesmo se apresenta em fase de projeto de execução.

A ocupação agrícola prevista assenta na rotação de culturas com rega por pivot (8 pivots), sendo as primeiras culturas a instalar a tremocilha e o trigo com o objetivo de preparar o solo para as culturas subsequentes. Estas culturas serão semeadas no final de 2016, em contra estação, sendo que na estação de 2017 o terreno estará em pousio, e na contra estação será cultivada nova cultura para sideração. As culturas hortícolas a instalar em 2018 serão essencialmente batata, cenoura e cebola. No entanto, a seleção das espécies a incluir nas rotações vai atender às oportunidades de comercialização definidas pelo mercado, ao ciclo cultural de cada cultura e aos ciclos das principais pragas e doenças a que são suscetíveis.

Plano de correção do solo

A correção do solo, a realizar em toda a área agrícola irrigável, será realizada através da aplicação de um corretivo mineral (Afesol), de um corretivo orgânico, seguindo-se as culturas para sideração (tremocilha e trigo), de forma a criar um ambiente em que a planta não necessite de muita água, nem de muito adubo. Este processo funciona como um adubo verde para as culturas seguintes e protege o solo da erosão e, conseqüentemente, diminui as perdas de N no solo devido à lixiviação. Após a sideração, as culturas de tremocilha e de trigo fornecem nutrientes para a cultura seguinte e melhoram a estrutura e os teores de matéria orgânica do solo.

Relativamente ao corretivo orgânico o projeto prevê o recurso a matéria orgânica curtida ou composto Ferti 3 H; refere o Relatório Síntese (RS) do EIA que este composto cumpre o Regulamento CE 1774/2002 e está autorizado para produção integrada. No que se refere ao corretivo mineral a correção do solo será efetuada recorrendo a um corretivo à base de enxofre e argila, o Afesol, que é composto por 90 % de enxofre elementar (225% SO₃). A principal vantagem deste composto é que não apresenta perdas por lixiviação, ao contrário de outros produtos à base de sulfatos, e melhora a capacidade de retenção de água do solo aplicando dotações mais baixas, tendo menos perdas por lixiviação.

Plano de Fertilização

O cálculo da fertilização azotada a aplicar às culturas (batata, cebola e cenoura), basear-se-ão em análises de terra, fundamentalmente nos parâmetros: pH, matéria orgânica e níveis de nutrientes no solo e na análise de nitrato da água de rega.

A distribuição das culturas por pivot, bem como a quantidade máxima de nutriente azotado que se irá usar por hectare está apresentada na tabela abaixo. Esta quantidade será calculada com rigor, após a instalação do projeto, e com base nos dados da monitorização.

Cultura/	Produção	Azoto	Fósforo	Potássio	Magnésio	Manganês	Boro	Zinco
----------	----------	-------	---------	----------	----------	----------	------	-------

pivot	esperada (t/ha)	(KgN/ha)	(KgP2O5/ha)	(KgK2O/ha)	(Mg/ha)	(Mn/ha)	(B/ha)	(Zn/ha)
Cenoura	70	210	180	200-240	30-40	1-2	1-1,5	1-3
Batata	50	180	140	220-250	30-40	2-5	-----	-----
Cebola	50	160	150	150-180	10	-----	-----	-----

Para garantir o bom estado fitossanitário das culturas durante a exploração foi necessário implementar um controlo fitossanitário previsional das mesmas, não obstante da necessidade de reajustá-lo durante a gestão da exploração.

O projeto prevê a implementação de práticas de acordo com a legislação em vigor, relativamente ao uso de fitofármacos.

Refere o Aditamento que os volumes anuais de produção de hortícolas expectáveis, bem como a afetação de camiões para o respetivo transporte, são os indicados na tabela seguinte.

Cultura	Ano	Produção média (kg)	Camiões previstos
Cenoura	2018	12.108.750,0	404
Batata		3.477.250,0	116
Cebora		2.794.500,0	93
Cenoura	2019	6.168.750,0	206
Batata		2.464.000,0	82
Cebora		2.700.000,0	90
Cenoura	2020	7.597.500,0	253
Batata		4.285.750,0	143
Cebora		2.157.750,0	72

Necessidades Hídricas do Projeto

As necessidades hídricas das culturas serão calculadas com base na informação resultante do programa de gestão e monitorização da exploração. Assim, a quantidade de água a aplicar a cada cultura será calculada com base na informação recolhida na estação meteorológica, sondas de humidade e caudalímetros.

Refere o RS do EIA que o projeto em plena exploração o abastecimento de água para rega deve implicar a disponibilização de volumes anuais médios da ordem dos 0,13 hm³/ano, a 0,18 hm³/ano, para culturas em rotação de hortícolas.

Disponibilidades Hídricas Existentes

De acordo com Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo foi avaliada uma recarga de 1006 hm³/ano, e consumos avaliados em 230 hm³/ano, o que corresponde a uma taxa de exploração de 23%.

De acordo com o definido na Portaria nº 1115/2009, de 29 de Setembro, o valor disponível para extração na área de projeto pode tomar valores entre 0,2 a 0,3 hm³/ano, nomeadamente, 90% da recarga média anual a longo prazo. Refere ainda o RS do EIA que a recarga média anual é constituída pela componente direta da precipitação e componente lateral, esta última de quantificação indeterminada.

Sistema de Abastecimento de Água

A distribuição dos volumes de água, no horizonte de projeto, por captação e por mês, é a seguinte:

Pivô/cultura	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	Total hm ³ /ano
1 a 8 (preparação solo) 2016 e 2017	0.01	0.01	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0.01	0.03
1 a 8 (Hortícolas) 2018	0.01	0.01	0	0	0	0.01	0	0.03	0.03	0.03	0.03	0.03	0.18

O projeto agrícola não será abastecido de água potável, referindo o EIA que o abastecimento de água para rega será assegurado na íntegra por 11 captações de água subterrânea a executar, nem sempre no centro de cada pivô, uma vez que um pivô pode ser abastecido por duas captações. Assim, o projeto não contempla sistema de armazenamento de água.

Refere também o RS do EIA que o projeto de captação de água subterrânea será implementado em duas fases. Na primeira fase serão efetuadas três pesquisas de água subterrânea de 200 m de profundidade onde será avaliada a espessura do Miocénico bem como a sua produtividade *in situ*. Com base nas três pesquisas será elaborado um corte litológico demonstrativo do modelo do aquífero na área do projeto e serão realizados ensaios de caudal, colheitas de água para determinação isotópica da idade da água, com o principal objetivo de aferir a idade da água do aquífero na área do projeto.

Com base nos rebaixamentos medidos nos três primeiros furos serão simulados os rebaixamentos expectáveis de ocorrer quando todas as captações estiverem a laborar. Posteriormente, na fase de exploração, a medição continuada dos níveis irá permitir avaliar as disponibilidades do aquífero.

Sistema de Irrigação

O center pivot foi o escolhido para a aplicação de água às culturas. O sistema de rega está baseado em regas noturnas, de baixa pressão, para evitar a evaporação e pode variar em função do ciclo de cada cultura.

Infraestruturas Associadas

Em toda a área da propriedade, há a considerar as seguintes infraestruturas:

- ✓ 1 Posto de Seccionamento, tipo cabina baixa, em betão pré-fabricado;
- ✓ Uma rede aérea particular de distribuição de energia eléctrica em Média Tensão (MT);
- ✓ 1 Posto de Transformação (PT) Aéreo do tipo AI-1, de 160 kVA, 30.000/400-231 V;
- ✓ 2 Postos de Transformação (PT) Aéreos do tipo AI-1, de 250 kVA, 30.000/400-231 V;
- ✓ Redes subterrâneas de distribuição de Baixa Tensão (BT);
- ✓ 11 Furos artesianos de captação de água;
- ✓ 8 cabines em alvenaria destinadas ao alojamento dos quadros de entrada para alimentação dos grupos eletrobombas dos furos e dos pivots;
- ✓ 8 pivots de rega automotrizes;
- ✓ 1 armazém;
- ✓ 4 áreas de receção de matéria orgânica;
- ✓ 3 bacias de preparação de caldas;
- ✓ 1 cais de acesso ao armazém;
- ✓ 1 balança;
- ✓ 1 depósito de gasóleo de 6.500 l (com bacia de retenção, separador de hidrocarbonetos e depósito de lixiviados) e pavimento lateral;

O projeto das infraestruturas eléctricas contempla o fornecimento de energia eléctrica para os center pivot, sistemas de captação de água e armazém. As infra-estruturas eléctricas do projeto agrícola são compostas por uma rede de distribuição aérea de média tensão a 30 Kv, três postos de transformação do tipo AI de 160 KvA/30 Kv, redes de distribuição de baixa tensão para alimentar as instalações eléctricas de utilização.

A rede de média tensão particular será alimentada a partir de um posto de seccionamento em cabina pré-fabricada de betão do tipo cabina baixa a ser montado junto à estrada que atravessa a herdade e que por sua vez será alimentado a partir da rede de distribuição pública da EDP Distribuição.

Relativamente às áreas a edificar e a impermeabilizar são as seguintes:

Infraestruturas	Quantidade	Area total a impermeabilizar (m ²)
Area de receção de matéria orgânica	4	2220
Bacias para preparação de caldas	3	150
Instalação de Armazém	1	1100
Instalação de cais de acesso ao armazém	1	200
Instalação de balança	1	51
Depósito de gasóleo 6500 L (com bacia de retenção, separador de hidrocarbonetos e depósito de lixiviados) e pavimento lateral	1	15,26
Posto de Seccionamento, tipo cabina baixa, em betão pré-fabricado	1	6,82
Cabines em alvenaria destinadas ao alojamento dos quadros de entrada para alimentação dos grupos eletrobombas dos furos e dos pivots	8	24

Refere o EIA que as valas para instalação da linha eléctrica subterrânea terão no máximo 1,2 m de profundidade, por 0,5 m de largura e desenvolvem-se numa extensão de 3895 m.

Durante a exploração, refere ainda o EIA, que caso se justifique, poderão ser instalados sistemas autónomos de produção de energia eléctrica, nomeadamente a colocação de painéis fotovoltaicos nos telhados dos armazéns, com base no consumo sustentável de energia.

As estruturas de apoio à exploração serão constituídas por um armazém, uma balança e três caminhos de terra batida, 4 áreas de receção de matéria orgânica e 3 bacias para preparar as caldas dos fitofármacos e encher o pulverizador. Este armazém está preparado para suportar painéis solares nos telhados, caso se afigure oportuno na fase de exploração.

O armazém apresenta uma área de 1.100 m², que contemplará um anexo para o armazenamento de adubos, fitofármacos e máquinas agrícolas. O armazém será de aço laminado verde de alta resistência e pode ser completamente desmantelados e reinstalado noutra local.

O armazém terá um cais de acesso com 25 m de comprimento e 8 m de largura que dará acesso lateral através de portão ao armazém.

À entrada da exploração, será instalada uma balança para pesagem dos camiões e controlo de peso da carga.

Será utilizado gasóleo agrícola, com um sistema de armazenamento constituído por 1 depósito aéreo, dentro de uma bacia de retenção com pavimento e paredes impermeáveis, assegurando retenção de pelo menos 50% da capacidade total armazenada. Este depósito será instalado junto ao armazém. A bacia de retenção terá uma área de 15,26 m² e será totalmente impermeabilizada, com 0,50 m de altura mínima interior e vedada por rede metálica com 1,50 m.

A matéria orgânica a usar na exploração será recebida a granel, estando previstas quatro áreas impermeabilizadas para depósito temporário da matéria orgânica já curtida. Estas plataformas terão pavimento de betão e contemplarão uma tela impermeável para cobrir a matéria orgânica, se necessário.

A preparação das caldas dos fitofármacos a aplicar nas culturas decorrerá em três bacias impermeabilizadas com pavimento de betão, o qual terá uma pendente para um sumidouro que, por gravidade, permitirá a recolha dos lixiviados para um depósito amovível rebaixado, com capacidade total de 2 m³. Este depósito de armazenamento estará assente numa bacia de retenção. Quando for atingido o limite da sua capacidade, o efluente será encaminhado para destino adequado pelo operador contratado.

Para a rega serão utilizadas 11 captações de água subterrânea, do tipo furo vertical, com 150 m de profundidade. Será ainda garantida uma rede de caminhos secundários, nomeadamente com três caminhos de terra batida que garantem o acesso às infraestruturas, nomeadamente aos pivots. Os acessos terão uma secção transversal de 2,5 m de largura, com 2,5 m de faixa de rodagem e sem bermas. No total estes acessos foram otimizados em 3 caminhos e perfazem uma extensão total de 5.438 m.

Gestão e Controlo da Exploração Agrícola

A gestão e o controlo da exploração ficarão a cargo da Hortícolas Saturnino, Lda..

Em termos de monitorização será instalada uma estação meteorológica, sondas de humidade do solo e caudalímetros; estes dados permitirão estimar as necessidades hídricas das culturas, bem como o risco de ocorrência de doenças e pragas.

Os equipamentos de monitorização conjuntamente com o Sistema de Apoio à Decisão (SAD), no qual foram previamente introduzidos os resultados da monitorização, permitem registar automaticamente as regas efetuadas, avaliar a performance do sistema de uma forma simples e útil, podendo ser gerados alarmes e notificações, se assim for desejado.

Refere o EIA que o modo de produção adotado no presente projeto segue os princípios e as orientações do modo de produção integrada, regulada pelo Decreto-Lei n.º 256/2009, de 24 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 37/2013, de 13 de março, que estabelece o regime das normas técnicas aplicáveis à proteção integrada, à produção integrada e ao modo de produção biológico, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas 2005/36/CE, de 7 de setembro, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativas ao reconhecimento das qualificações profissionais e aos serviços no mercado interno.

Menciona ainda o EIA que o projeto agrícola pretende obter a certificação GlobalG.A.P.; trata-se de um procedimento internacional para uniformização do modo de produção agrícola, o qual promove a implementação de uma agricultura sustentável.

Investimento Financeiro

O investimento financeiro estimado é de 3 milhões de euros; contempla a compra de terrenos para implementação do projeto, a aquisição de equipamento agrícola, o imobilizado, o investimento no sistema de rega (pivots, furos e bombas) e a eletrificação.

O EIA estima que a empresa terá uma evolução positiva nos seus resultados, já que o volume de vendas poderá ter um incremento de 50% a partir de 2019, quando o projeto atingirá a sua capacidade máxima de produção, enquanto que os custos de exploração têm um incremento reduzido.

Número de Trabalhadores Previstos

Com a execução do projeto formada uma equipa de 4 pessoas para trabalho especializado, para os trabalhos de colheita e de manutenção serão necessárias 20 pessoas.

Alternativas do projeto

Refere o RS do EIA que o Projeto Agrícola HTS não apresenta alternativas de localização, dado que a localização proposta é a que compreende, no interior da Herdade das Texugueiras, uma área aplanada, com um relevo pouco acentuado adequada à agricultura de precisão. Ocupa uma área de 66,9 ha dos 188 ha do projeto, que foi sujeita ao abate de pinheiros com nemátodo da madeira do pinheiro (NMP), encontrando-se atualmente esta área praticamente desprovida de vegetação arbórea), ainda assim, ocupa uma área com aproximadamente 121 ha com formações vegetais (pinheiro manso) e habitats naturais ainda existentes.

A configuração final dos pivots foi ajustada às condicionantes existentes.

Fases do Projeto e Programação Temporal Estimada

- ✓ Fase 1 – Infraestruturação e Limpeza do Terreno;
- ✓ Fase 2 – Preparação do solo/Sideração;
- ✓ Fase 3 – Exploração/Rotação de Cultura;
- ✓ Fase 4 – Desativação.

Desativação do projeto

Refere o RS do EIA que não está prevista a desativação do projeto. A exploração agrícola dependerá da evolução dos mercados, estando o plano de operação garantido para um período de 20 anos. No entanto, na eventualidade da desativação do projeto, refere ainda o RS do EIA, não ocorrerá o abandono da exploração agrícola, responsabilizando-se sempre a Hortícolas Saturnino, Lda. pela remoção/demolição de todas as infraestruturas existentes no local, sendo as captações de água subterrânea seladas. Relativamente à restante área intervencionada, será implementado um plano de recuperação/integração paisagística, permitindo assim a requalificação biofísica e ambiental da área, tal como preconiza o presente parecer.

Cronograma do projeto

Fase	Principais intervenções	2016	2017	2018
1	Instalação captações água subterrânea			
1	Fontes de energia elétrica			
1	Instalação de pivots			
1	Execução de caminhos			
1	Instalação de armazém			
1	Instalação de 4 plataformas impermeáveis e 3 bacias de retenção			
1	Instalação de 1 balança			
1	Fontes de energia fóssil			
1	Instalação de equipamentos de recolha de resíduos			
1	Instalação de equipamentos de monitorização			
2	Instalação de tremocilha e de trigo			
2	Pousio			
2	Instalação de tremocilha e de trigo			
3	Cultivo de hortícolas em regime de rotação			

Materiais e energia utilizados e produzidos

Os principais materiais utilizados são sementes e plantas, fertilizantes, herbicidas e de produtos fitossanitários. Os materiais utilizados na construção das infraestruturas são, sobretudo, os comuns em empreitadas de construção civil, tais como areia, cimento, betão, tijolo e ferro, madeira, tout-venant, chapa laminada e materiais para acabamentos.

A energia elétrica será fornecida pela rede da EDP, a partir de um posto de seccionamento em cabina pré-fabricada de betão do tipo cabina baixa a ser montado junto à estrada que atravessa a herdade.

Para os veículos, máquinas agrícolas e outros equipamentos que disponham de motor diesel recorrer-se-á principalmente a combustíveis fóssils.

A origem de água para abastecimento/rega será assegurada através de 11 captações subterrâneas a realizar na propriedade.

Efluentes, resíduos e emissões previsíveis

Os principais efluentes líquidos resultam da possibilidade de ocorrência de derrames como resultado da utilização de maquinaria e nas zonas de armazenamento de materiais e produtos. Os lixiviados das lavagens de vasilhame de produtos químicos e/ou pulverizador serão acondicionados em reservatório de polietileno, até à expedição final por operador licenciado.

Previamente à fase de construção serão gerados resíduos vegetais resultantes das ações de remoção da vegetação e de limpeza do terreno.

Durante a fase de construção serão produzidos resíduos resultantes das atividades de construção de infraestruturas e das plantações na área agrícola, os quais têm os seguintes códigos LER:

Código LER	Resíduo	Destino Final
020103	Resíduos de tecidos vegetais	Valorização/Destinatário autorizado
13 01 10*	Óleos hidráulicos usados	Valorização/ Destinatário autorizado
13 02 05*	Óleos lubrificantes minerais	
15 01 01	Embalagem de papel e cartão	Valorização/Reciclagem/Destinatário autorizado
15 01 02	Embalagens de plástico	
15 01 03	Embalagens de madeira	
15 01 04	Embalagens de metal	
15 01 06	Mistura de embalagens	

15 01 07	Embalagens de Vidro	
15 02 02*	Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção contaminados com substâncias perigosas	Valorização/Destinatário autorizado
16 01 07*	Filtros de óleo	Destinatário autorizado
16 01 03	Pneus usados	Valorização/ Destinatário autorizado
16 01 17 e 16 01 18	Metais ferrosos e não ferrosos (sucatas)	Destinatário autorizado
17 01 01	Betão	Valorização/Destinatário autorizado
17 01 07	Mistura de resíduos de construção e demolição	
17 04 05	Ferro e aço	
17 02 01	Madeira	
17 02 02	Vidro	
17 02 03	Plástico	
17 04 07	Mistura de metais	Destinatário autorizado
17 04 09*	Resíduos metálicos contaminados com substâncias perigosas	
17 04 11	Cabos não abrangidos em 17 04 10 (fios de cobre)	Valorização/Destinatário autorizado
17 05 04	Solos e rochas não abrangidos em 17 05 03 (solos sobstantes da escavação)	Reutilização
20 01 28	Tintas, produtos adesivos, colas e resinas não perigosos	Destinatário autorizado
20 02 01	Resíduos biodegradáveis (resíduos verdes)	Valorização/Destinatário autorizado
20 03 01	Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos	Serviços camarários/ Destinatário autorizado

Durante a fase de exploração os resíduos gerados resultarão essencialmente das seguintes ações:

- ✓ Operações de limpeza de terreno e preparação da nova sementeira;
- ✓ Trabalhos de plantações na área agrícola;
- ✓ Aplicação de fertilizantes, herbicidas e de produtos fitossanitários;
- ✓ Operação e movimentação de veículos, equipamentos e máquinas afetos à área agrícola.

Na tabela seguinte identificam-se e classificam-se os resíduos gerados nesta fase do projeto.

Código LER	Resíduo	Destino Final
020104	Resíduos de plástico	Valorização/Destinatário autorizado
02 01 08*	Resíduos agro-químicos contendo substâncias perigosas	Destinatário autorizado
13 01 10*	Óleos hidráulicos usados	Valorização/ Destinatário autorizado
13 02 05*	Óleos lubrificantes minerais	
15 01 01	Embalagem de papel e cartão	Valorização/Reciclagem/Destinatário autorizado
15 01 02	Embalagens de plástico	
15 01 03	Embalagens de madeira	
15 01 04	Embalagens de metal	
15 01 06	Mistura de embalagens	
15 01 07	Embalagens de Vidro	
15 01 10*	Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	
15 02 02*	Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção contaminados com substâncias perigosas	Valorização/Destinatário autorizado

16 01 07*	Filtros de óleo	Destinatário autorizado
16 01 03	Pneus usados	Valorização/ Destinatário autorizado
16 01 17 e 16 01 18	Metais ferrosos e não ferrosos (sucatas)	Destinatário autorizado
20 03 01	Outros resíduos urbanos e equipados, incluindo misturas de resíduos	Serviços camarários/ Destinatário autorizado

O EIA apresentou um plano de gestão de resíduos para as fases de construção e de exploração do projeto. De acordo com o mesmo a recolha de resíduos será da responsabilidade dos vários subcontratados e partilhada por todos os colaboradores que se encontrem afetos às atividades que produzam resíduos.

Na fase de exploração a expedição dos resíduos será assegurada por diversas empresas licenciadas para tal, e efetuada mediante guias de acompanhamento, com identificação do produtor, do transportador e destinatário, e de outras exigências estabelecidas nos normativos legais.

A recolha de resíduos será efetuada com separação e armazenamento temporário, em contentores. Os produtos fitofarmacêuticos serão recolhidos com saco caução até à expedição final por operador licenciado.

As emissões expectáveis para a atmosfera estarão relacionadas são essencialmente as seguintes ações:

- ✓ Poeiras originadas pela operação e circulação de veículos e máquinas envolvidas nos trabalhos de construção;
- ✓ Poluentes gerados na combustão de motores de viaturas e de equipamentos, nomeadamente o monóxido de carbono, o óxido de azoto, os hidrocarbonetos, o dióxido de enxofre.

As principais emissões de ruído resultam, essencialmente, das seguintes atividades:

- ✓ Movimentação da maquinaria e dos próprios equipamentos, nas fases de construção e de exploração;
- ✓ Alteração dos níveis de ruído pela presença dos próprios trabalhadores nas fases de construção e de exploração.

Refere o EIA que não estão previstas fontes de vibração, de calor ou de radiação, com significado, nas fases de construção ou de exploração.

3. Situação de Referência

Clima

A área de intervenção do projeto localiza-se Província Atlântica do Sudoeste, sendo que esta região caracteriza-se por invernos suaves (mais de 10°C em janeiro) e verões frescos (cerca de 22°C em média em agosto), apresenta uma precipitação anual entre os 600 e os 1000 mm.

Os meses mais chuvosos, dezembro e janeiro, são os que apresentam temperaturas mais baixas, e os meses de julho e agosto, que apresentam temperaturas mais elevadas são os menos chuvosos.

No que diz respeito à insolação, verifica-se que a insolação é máxima no mês de julho, com 354 h, e mínima no mês de dezembro com 141 h. O valor médio anual da insolação é de 2764 h.

Os valores mínimos da humidade relativa do ar ocorrem em julho, com um valor de 66,7%. A humidade relativa apresenta valores máximos nos meses de dezembro e janeiro, com 88,4 e 89,1%, respetivamente. O valor médio anual da humidade relativa do ar na estação de Alcácer do Sal é de 78,3%.

Geologia e Geomorfologia

A Herdade das Texugueiras Sul integra-se na unidade morfo-estrutural designada por zona sul da Bacia Terciária do Tejo/Sado, onde ocorre uma extensa superfície aplanada que se estende desde a margem esquerda do Sado para sul, até às proximidades da Serra de Grândola. Trata-se de uma bacia onde dominam, naturalmente, as rochas sedimentares ou detríticas, definidas por areias, com intercalações lenticulares de argilas, de espessura muito variável e arenitos calcários e margas. Esta superfície é acompanhada por um conjunto de falhas e lineamentos geológicos originando estruturas e relevos que refletem a atividade tectónica do Miocénico e do Quaternário.

Geomorfologicamente, a área de intervenção do projeto insere-se numa zona aplanada, em que sobressaem na envolvente imediata diversos relevos originados pela acumulação de uma espessa cobertura de formações de dunas e areias eólicas, originando pseudoestruturas de forma variada, influenciados pela atividade erosiva, adquirindo algumas uma representatividade topográfica.

A rede hidrográfica encontra-se pouco desenvolvida em toda a área do projeto e encontra-se definida por duas sub-bacias hidrográficas: i) Ribeiro de Água Cova, localizado a oeste da exploração e fluindo para nordeste, e ii) linha de água secundária das Texugueiras, localizada a leste, fluindo para nordeste.

O percurso das linhas de águas que intercetam a área de intervenção do projeto, apresentam uma configuração retilínea, mas pouco definida e uma direção sudoeste-nordeste.

Relativamente à altimetria, o ponto mais alto localiza-se no limite noroeste da exploração, no Galaio da Água Cova com uma altitude de 93 m e o mais baixo, a nordeste do limite da propriedade, com 69 m. O declive é muito reduzido, inferior a 2%, com exceção do Galaio da Água Cova, com um declive de 6% e exposição dominante nordeste.

A área de intervenção do projeto localiza-se numa Zona de Intensidade Máxima de grau IX – escala de Mercalli.

Refere o EIA que não foram identificadas quaisquer ocorrências com características geológicas de especial relevância na área de intervenção do projeto.

Solos e Uso Atual do Solo

Os solos presentes na Herdade das Texugueiras Sul pertencem à ordem dos Solos Podzolizados e subordens Podzóis Não Hidromórficos e Podzóis Hidromórficos.

Os Podzóis são solos evoluídos de textura muito ligeira, predominando as frações areia grossa e fina com razão C/N elevada, capacidade de troca catiónica e capacidade de campo muito baixas, expansibilidade nula e permeabilidade rápida. O horizonte B é pardo, arenoso, frequentemente com blocos de surraipa branda ou compacta ou então massa contínua de surraipa. São solos pobres em elementos orgânicos sendo o processo de formação do solo predominante a podzolização, que resulta da acidificação acentuada do húmus, com formação de grandes quantidades de compostos orgânicos que se deslocam para a parte inferior do perfil, arrastando também óxidos de ferro e alumínio. A surraipa é um horizonte de acumulação endurecido que resulta da cimentação dos grãos de areia e de limo por colóides.

No que concerne à capacidade de uso dos solos, cerca 75,6% da área de inserção do projeto assenta sobre solos de classe E, e 24,4% sobre solos de classe D. Na generalidade são solos que apresentam limitações severas/muito severas não suscetíveis de utilização agrícola e com riscos de erosão elevados a muito elevados.

Relativamente ao risco de erosão, os solos apresentam riscos de erosão muito elevados.

Quanto à vulnerabilidade à poluição, estes solos apresentam no geral capacidade catiónica moderada a reduzida, o que lhes confere uma capacidade de retenção de poluentes moderada a reduzida.

A Herdade das Texugueiras Sul, com uma área de 188 ha, anteriormente era ocupada, na sua totalidade, por uma mancha florestal, que foi sujeita, entre os anos de 2002 e 2005, a medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do nemátodo da madeira do pinheiro. Atualmente, a parte nascente da propriedade, em cerca de 66,9 ha encontra-se parcialmente desmatada, está maioritariamente ocupada por matos, contendo alguns pinheiros em regeneração. Na restante área com cerca de 121 ha, a poente e a sudeste, ocorre uma mancha de pinheiro com distribuição irregular e com grandes variações de densidade.

Ocorrem cerca de 21 sobreiros em bom estado fitossanitário e vegetativo dispersos pela herdade, incluídos em povoamentos puros de pinheiro manso e de pinheiro bravo apresentando uma reduzida densidade e localizados por manchas.

Existe um Plano de Gestão Florestal para a Herdade das Texugueiras aprovado em 2011 pelo ICNF e pela CCDR Alentejo. O plano de gestão florestal foi efetuado, à data, para a totalidade da propriedade que apresentava uma área total de 469,74 ha, tendo entretanto sido fraccionada, em duas parcelas independentes (Herdade das Texugueiras Sul e Herdade das Texugueiras Norte).

A compartimentação da exploração e delimitação das parcelas de gestão foi definida em função da rede divisional, da composição florestal, das características dos povoamentos florestais e da gestão futura prevista. Foram então definidas no Plano de Gestão Florestal, 6 parcelas de gestão de uso florestal. No entanto, o Projeto Agrícola HTS integra-se apenas nas parcelas 3, 4, 5 e 6.

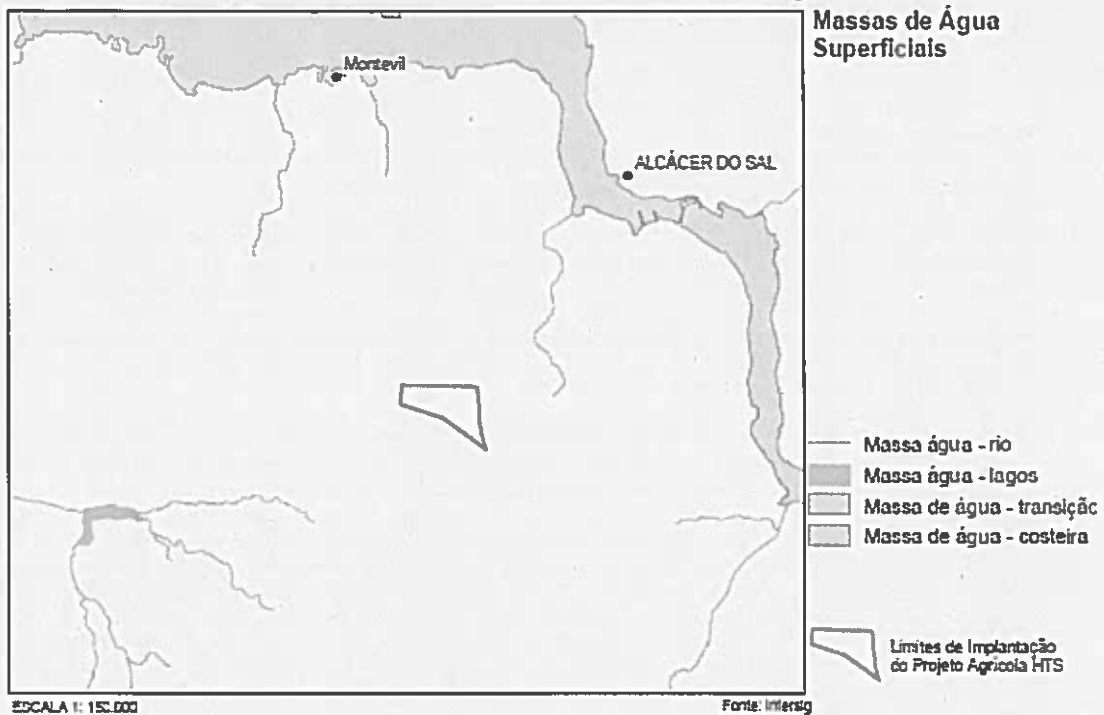
Em termos gerais, os principais objetivos da Herdade das Texugueiras seria a produção de pinha nos povoamentos de pinheiro manso e de lenho nos povoamentos de pinheiro bravo.

Recursos Hídricos

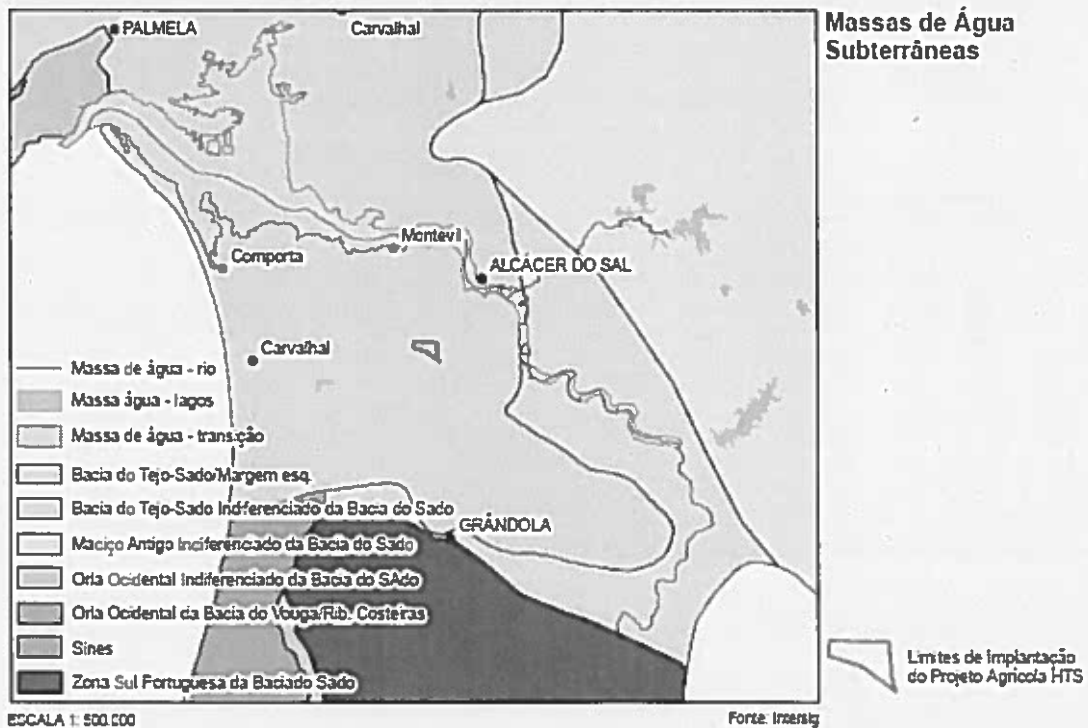
O projeto agrícola HTS incide na Região Hidrográfica 6 (Sado e Mira), sub-bacia da Murta, Montalvo e Valverde e distribui-se pela bacia hidrográfica da massa de água rios (Figura 2):

- Afluente do ribeiro de Água Cova, com o código PT06SAD1246.

No âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Sado e do Mira, aprovado pela RCM nº 16-A/2013, de 22 de março, esta massa de água foi classificada com o estado bom ou superior.



Os cursos de água que atravessam a área de incidência do projeto apresentam um regime hidrológico temporário, pouco desenvolvidas e são afluentes do rio Sado. Do ponto de vista hidrogeológico, a área de implantação do empreendimento no Sistema Aquífero da Bacia do Tejo Sado/Margem Esquerda e na massa de água subterrânea com a mesma designação, tendo sido classificada com bom estado químico e quantitativo, no âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo (Figura3).



Esta massa de água tem características de sistema aquífero poroso e desenvolve-se ao longo de duas regiões hidrográficas (Tejo e Sado), sendo a sua maior representatividade na região hidrográfica do Tejo.

A natureza geológica do sistema aquífero da Bacia do Tejo Sado/Margem esquerda compreende formações do Pliocénico, Arenitos da Ota e a Série Calco-Gresosa Marinha do Miocénico. Em termos de funcionamento hidráulico o sistema aquífero tem características de sistema multiaquífero, livre, confinado ou semiconfinado, em que as variações laterais e verticais de fácies são responsáveis por mudanças significativas nas condições hidrogeológicas.

Em termos de piezometria e direções de fluxo, o escoamento subterrâneo dá-se em direção ao rio Tejo, e ou rio Sado, e ao longo do sistema aquífero até ao Oceano Atlântico. O fluxo natural tem assim, uma componente vertical entra as várias unidades aquíferas, que é porém subordinada à circulação horizontal, de orientação global em direção ao rio Tejo (por fluxo ascendente através das aluviões do Tejo), ao estuário do Tejo, ao estuário do Sado, ou ao Oceano Atlântico.

No que se refere à vulnerabilidade à contaminação, o Índice de vulnerabilidade EPPNA mostra que esta zona do aquífero apresenta vulnerabilidade alta; o índice de vulnerabilidade DRASTIC apresenta uma vulnerabilidade intermédia.

Qualidade do Ar

Segundo os resultados observados entre os anos 2009 e 2014 na estação de qualidade do ar mais próxima - Fernando PÓ, que se situa a 33 km da área de intervenção do projeto, há cumprimento dos valores limite para a proteção da saúde humana e dos ecossistemas e limiares de alerta, estabelecidos no Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro, para todos os parâmetros, nomeadamente NO_x, O₃, PM₁₀ e SO₂.

De acordo com o Iquar disponibilizado pela APA, a península de Setúbal e Alcácer do Sal apresentam uma classificação global de "Bom" em 255 dias, de "Muito Bom" em 11 dias, 36 dias com a classificação de "Médio" e 10 dias com classificação de "Fraco".

Na envolvente da Herdade das Texugueiras Sul não há fontes emissoras de poluentes atmosféricos com significado, sendo que os locais com ocupação sensível que se encontram a menor distância são:

- ✓ duas habitações isoladas, uma a 650 m e outra a 1,3 km, ambas do limite nascente da área de implantação do projeto agrícola.
- ✓ habitações isoladas e o aglomerado habitacional de Foros de Albergaria, respetivamente a 2,8 km e a 2,6 km, ambas do limite sudeste da área de implantação do projeto agrícola;
- ✓ habitações isoladas a aproximadamente 2,2 km do limite sul desta área.

As principais fontes de poluição atmosférica existentes na proximidade são a exploração agropecuária da Herdade da Asselceira, situada a 950 m do limite nascente da herdade e algumas vias rodoviárias (Itinerário Complementar 1 e Autoestrada 2).

Ruído

Dada a ausência de recetores sensíveis ao ruído do projeto em avaliação, considera-se que este fator ambiental não carece de caracterização, uma vez que não se perspetivam impactes neste parâmetro ambiental.

Sistemas Ecológicos

Relativamente a este fator é referido no RS do EIA, no ponto 5.7.4.6. – *Considerações Finais*, que os resultados obtidos permitem concluir que a flora vascular e a vegetação natural da área de inserção do projeto encontram-se extremamente enraquecidas por uma ação antrópica continuada, sobretudo relacionada com atividades de plantação de povoamentos florestais de pinheiro-manso e pinheiro-bravo. Na área de inserção do projeto foram distinguidos 3 biótopos resultantes, quer das intervenções humanas no território, quer da presença da vegetação natural típica destas condições edafoclimáticas, designadamente: Prados e Matos psamófilos, Povoamentos florestais de pinheiro-manso ou mistos com pinheiro-bravo. Destas formações, os matos psamófitos desdobram-se em 4 habitats naturais classificadas nos termos do Anexo B-I do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril (e sucessivas alterações dadas pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro e do Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro), designadamente: Habitat 2330, Habitat prioritário *2150; Habitat prioritário *2250 e Habitat 2260.

Parte da área plantada com pinheiro-bravo sofreu um corte de pinheiros devido à doença o nemátodo do pinheiro, estando atualmente em regeneração natural com dominância dos matos de espécies espinhosas que caracterizam o habitat natural 2260. Na restante área permanecem os povoamentos de pinheiro-manso, com subcoberto de mato espinhoso mas em menor densidade que a área anteriormente referida.

No que concerne à flora vascular, foram inventariados de uma forma muito residual valores florísticos relevantes para a conservação da natureza, e que se encontram listados nos Anexos B-II e B-IV do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, nomeadamente: *Armeria rouyana* (endemismo lusitano em perigo de extinção e considerada espécie prioritária para a conservação) e *Thymus capitellatus*.

Segundo o EIA, tendo por base os resultados anteriores e a prospeção realizada na área de intervenção do projeto, é entendido não existirem indícios que afetem a integridade do SIC.

No subcapítulo 5.7.4 do RS do EIA é descrita, pormenorizadamente, a caracterização da flora e vegetação encontradas na propriedade. Contudo, esta caracterização não se encontra traduzida no Desenho nº 14 – Carta de flora e vegetação (fevereiro de 2016 – Volume ¼ do EIA), sendo que se pode retirar o seguinte:

- 60,7 hectares, cerca de 32,282% da propriedade é caracterizada por uma zona de matos e pinheiros em regeneração natural, cujo pinhal anteriormente existente foi cortado devido ao nemátodo;
- Cerca de 115,96 hectares, 61,671% da propriedade, caracteriza-se por povoamento florestal de pinheiro manso (92,46 hectares) e povoamento misto de pinheiro manso e pinheiro bravo (23,5 hectares);
- A restante área, 11,9 hectares, cerca de 6,33% da área total da propriedade corresponde à rede de caminhos existente;
- Relativamente aos valores naturais em presença na propriedade foram identificados para a área que foi sujeita a corte do pinhal (60,7 hectares), os habitats 2260 + 2330 em mosaico.
- Para a restante área com povoamento de pinheiro manso e povoamento misto de pinheiro manso e pinheiro bravo, foi identificado a presença do habitat 2260, à exceção de uma pequena área a Norte com 0,06 hectares onde foi identificada a presença do habitat 2250 (prioritário).

Importa salientar que no RS do EIA é referido que o corte frequente do subcoberto arbustivo dos povoamentos de pinheiro-manso tem impedido o desenvolvimento dos tojais de *Ulex australis subsp. welwitschianus*, enquadrados no habitat prioritário *2150, sendo estes substituídos pelas comunidades de espécies espinhosas dos géneros *Stauracanthus sp. ou Halimium sp.* (habitat 2260). Assim, o facto deste habitat prioritário 2150* não constar desta cartografia (Desenho 14) não significa a sua ausência da área de intervenção do projeto, mas sim que poderá ocorrer em mosaico com o habitat 2260, mas em expressão muito reduzida, sendo muito pontual e com um estado de degradação elevado.

No âmbito da visita ao local de implementação do projeto, realizada em 23 de agosto de 2016, a CA verificou no local algumas discrepâncias e incongruências detetadas entre a descrição apresentada no EIA e o Desenho 14, face aos valores naturais em presença. Constatou que toda a área da propriedade tem sofrido pressão antrópica, detetando-se, desde logo, duas áreas distintas: uma área que sofreu um corte do povoamento de pinheiro bravo (segundo o que é referido no EIA devido ao nemátodo do pinheiro) e outra área com povoamento de pinheiro manso e povoamento misto de pinheiro manso e pinheiro bravo, conforme é descrito no RS do EIA e cartografado no Desenho nº 14.

Constatou também a CA que, relativamente ao subcoberto, na **área se sofreu o corte dos pinheiros** domina o habitat 2260 (conforme é referido no EIA). Contudo, é perfeitamente detetável pela presença, entre outras, da espécie *Calluna vulgaris* e de espécies do género *Erica* e das espécies *Ulex australis subsp. Welwitschianus* e *Genista triacanthos*, a presença de uma faixa do habitat prioritário 2150 (quase paralelamente à extrema norte da propriedade), assim como de núcleos deste habitat em mosaico com o habitat 2260 (que predomina).

Nesta área verifica-se ainda a presença dispersa de exemplares de *Juniperus navicularis* (o que revela que esta área tem potencial para o desenvolvimento do habitat prioritário 2250) e de pequenos núcleos dispersos das espécies *Armeria rouyana*, ao contrário do que é referido no EIA.

Na **área com povoamento de pinheiro manso e/ou misto de pinheiro manso e bravo**, verificou a CA que, na generalidade, os povoamentos se apresentam em boas condições fitossanitárias e em plena produção. Relativamente ao subcoberto são detetáveis (pela presença das espécies já referidas) faixas do habitat prioritário 2150, assim como pequenos núcleos em mosaico com o habitat 2260 que é predominante.

A sul, junto à extrema, surgem núcleos do habitat 2250, pela presença dominante de *Juniperus navicularis* com extensão considerável.

Assim sendo, desta observação atenta, mas limitada às zonas adjacentes aos caminhos existentes, não obstante a degradação evidente de todo o subcoberto, devido a sucessivas ações antrópicas associadas a uma gestão florestal pouco adequada à conservação dos valores naturais, conclui a CA que **toda a propriedade apresenta valores naturais relevantes, dos quais se salientam as faixas e os núcleos do habitat prioritário 2150 e os núcleos do habitat prioritário 2250** (não apenas o cartografado a norte, mas também a sul).

Assim, em 5 de Setembro de 2016 foi solicitado ao proponente a retificação do Desenho nº 14, de forma a integrar as faixas e os núcleos do habitat prioritário 2150, e os núcleos do habitat prioritário 2250, para toda a área da propriedade e sempre que a presença em mosaico, quer do habitat 2150, quer do habitat 2250 com o habitat 2260 ocorra, mas não tenha expressão cartográfica, esta ocorrência deve vir indicada na legenda (por exemplo: habitat 2260 predominante + habitat 2150 em mosaico).

Importa referir ainda que no extremo sudeste da propriedade foram identificados 21 sobreiros (*Quercus suber*) dispersos, em bom estado fitossanitário e vegetativo (Desenho nº 14-A, Carta da Flora e Vegetação – Levantamento de Campo - Anexo 2 do Aditamento ao EIA); a implementação do projeto prevê o abate de 14 exemplares, sendo que esta intenção carece de autorização do ICNF, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho, que estabelece as medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira.

Relativamente à Fauna, destaca a CA o ponto 5.7.5.7 *Considerações finais*, o qual refere o seguinte:

Em termos de importância da área de inserção do projeto para a comunidade **avifaunística**, salienta-se que o coberto vegetal é uma forte condicionante à presença de espécies já que é maioritariamente povoamento florestal de pinheiro-manso.

O número elevado de espécies observadas na área de intervenção deve-se muito à importância dos habitats da zona envolvente como zonas de reprodução, na primavera (por ex. para inúmeras espécies de passeriformes e

também algumas espécies de aves de rapina e dependentes de meios aquáticos ou zonas húmidas), uma vez que fornecem alimento e zonas de suporte para nidificação. Estes biótopos são também relevantes como áreas de passagem migratória (nos períodos pré e pós-nupcial), sobretudo para várias espécies de passeriformes. No inverno, são principalmente utilizados por espécies residentes, proporcionando locais de abrigo e de alimentação, pelo que o número de espécies que ocorrem exclusivamente no inverno é reduzido.

Relativamente à comunidade de mamíferos, na área de inserção do projeto o pinhal figura como o biótopo mais importante para este grupo, para os quais há dois fatores que influenciam grandemente a sua presença no local e são, por esta razão, variáveis fundamentais para aferir a importância dos biótopos para este grupo: abrigo e alimento. Os povoamentos de pinheiro (pinheiro-bravo e pinheiro-manso) e os matos, principalmente, conseguem assegurar ambos os recursos pois apresentam, por um lado, uma diversidade e abundância de frutos e de insetos que permitem a presença de mamíferos insectívoros altamente especializados e ameaçados, bem como a existência de espécies de estratos tróficos mais baixos (roedores) que, por sua vez, sustentam os predadores (ex. Geneta), e, por outro lado, apresentam uma complexidade estrutural elevada, onde os diversos estratos de vegetação se interpenetram (herbáceo, arbustivo e arbóreo) formando estruturas que permitem às espécies encontrar algum abrigo, ainda que na maioria das áreas as formações arbustivas estejam pouco desenvolvidas.

Há ainda a referir, que de acordo com a cartografia oficial dos valores naturais do Sítio Comporta/Galé (conforme se encontram representados no Desenho nº 13 – Rede Natura 2000- Carta dos Valores Naturais - fevereiro de 2016 – Volume ¾ do EIA), para a área da propriedade, se encontram cartografados os seguintes valores naturais de conservação:

Na grande maioria da área da propriedade os Habitats cartografados são:

2150* - Dunas fixas descalcificadas atlânticas (*Calluno-Ulicetea*)

2190 - Depressões húmidas intradunares

2230 - Dunas com prados da *Malcolmietalia*

2250* - Dunas litorais com *Juniperus* spp.

2260 - Dunas com vegetação esclerófila da *Cisto-Lavenduletalia*

2270* - Dunas com florestas de *Pinus pinea* e ou *Pinus pinaster*

Numa reduzida área a nordeste, encontram-se cartografados os seguintes habitats:

2190 - Depressões húmidas intradunares

3150 - Lagos eutróficos naturais com vegetação da *Magnopotamion* ou da *Hydrocharition*

3170* - Charcos temporários mediterrânico

4020* - Charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix*

3110 - Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas das planícies arenosas (*Littorelletalia uniflorae*)

6420 - Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da *MolinioHoloschoenion*

3130 - Águas estagnadas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da *Littorelletea uniflorae* ou da

Isoëto-Nanojuncetea

3160 - Lagos e charcos distróficos naturais

Importa referir que os habitats indicados a negrito são habitats prioritários.

Relativamente às espécies da flora, encontra-se cartografada para a toda a propriedade a espécie *Armeria rouyana* (1644), sendo que a espécie *Jonopsidium acaule* (1487) também se encontra cartografada, mas apenas para uma faixa mais a norte da propriedade. Importa salientar que ambas as espécies são prioritárias.

Para a propriedade em causa não se encontram cartografadas Espécies da Fauna.

Socioeconomia

O projeto desenvolver-se-á na Herdade das Texugueiras, localizada na União das Freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo) e Santa Susana, concelho de Alcácer do Sal, distrito de Setúbal. Este concelho integra a NUTS III – Alentejo Litoral, a qual se insere na NUTS II – Alentejo.

De acordo com os Censos 2011, a população residente no concelho de Alcácer do Sal é de 13.046, o que representa 1,7% da população do Alentejo e 13,3% da população do Alentejo Litoral. Em 2013, o número de população residente diminuiu para 12.563. No que se refere à freguesia alvo de análise, verifica-se que acompanhou a tendência registada para o concelho de Alcácer do Sal, com um ligeiro decréscimo no período 1991- 2001 (-0,1%) que se acentuou na década seguinte.

A distribuição da população ativa revela um sector primário particularmente expressivo na freguesia em apreço (16,62%) e no concelho de Alcácer do Sal (17,54%), com percentagens bastante superiores à de Portugal Continental (2,92%). Ainda assim este sector é o menos representativo da população empregada. O sector terciário tem predominância populacional sobre os outros dois sectores e revela para as unidades em estudo (sub regional e regional) valores inferiores ao nacional.

Relativamente aos dados dos censos 2001/2011, a taxa de desemprego registou um aumento, registando um valor de 11.09 % em 2011, no concelho de Alcácer do Sal. A freguesia de Santa Maria do Castelo foi a que registou a taxa de desemprego mais baixa em 2011.

Dentro da população desempregada verifica-se que a maior parte corresponde a desempregados à procura de novo emprego, e que também a maior parte estão inscritos há menos de um ano.

Relativamente à estrutura empresarial no concelho, a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca é o ramo de atividade o que surge em primeiro lugar com um valor na ordem dos 37,77%.

Além da agricultura, que é o sector mais relevante para o concelho de Alcácer do Sal, refere-se ainda a importância das atividades associadas ao turismo, nomeadamente do ramo do alojamento, restauração e similares.

De acordo com o Recenseamento Geral Agrícola 2009, a redução do número de explorações agrícolas, apesar de ser generalizada, assume menor expressão na região do Alentejo (-11,35%) e no concelho de Alcácer do Sal (-15,73%). Os maiores abandonos da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) ocorreram nas regiões do centro do país (Beira Litoral, Beira Interior e Ribatejo e Oeste) e no Algarve. No entanto, na região do Alentejo, e com maior destaque ainda no concelho de Alcácer do Sal, a SAU sofreu um aumento de 1,68% e 7,20%, respetivamente.

A dimensão média das explorações apresenta uma grande variabilidade a nível das unidades em análise, ultrapassando, em 2009, os 140 hectares de SAU na freguesia de Santa Maria do Castelo, cerca de onze vezes superior à média nacional. Também o concelho de Alcácer do Sal atinge um valor de SAU média bastante significativo com 131,2 ha, em 2009. A análise da evolução do número de explorações por classes de dimensão da SAU, revela que foram as pequenas explorações as que mais cessaram atividade. Com efeito, o desaparecimento das pequenas explorações com menos de 1 ha de SAU atingiu os 41%, baixando para os 24% nas unidades produtivas entre 1 a 5 ha de SAU. Em contrapartida, o número de explorações com mais de 100 ha de SAU registou um aumento na ordem de 6%.

No que se refere à forma de exploração, na freguesia em estudo dominam as explorações agrícolas objeto de arrendamento, enquanto a nível concelhio existe alguma vantagem numérica para as explorações agrícolas por conta própria.

No que se refere ao tipo de culturas temporárias, no concelho e freguesia da área de intervenção do projeto dominam os cereais para grão, com percentagens a rondar os 50%, seguidos das culturas forrageiras.

No que concerne à mão de obra agrícola, constata-se que o grupo dos produtores agrícolas se encontra fortemente envelhecido, denotando-se que a classe etária preponderante é a dos 65 e mais anos. No entanto, verifica-se que, em comparação com os dados do Recenseamento Geral Agrícola (RGA) de 1999, só o concelho de Alcácer do Sal apresenta um aumento dos produtores singulares com idade igual ou superior a 65 anos.

No que respeita ao "tempo de atividade agrícola", verifica-se que no período compreendido entre 1999 e 2009 registou-se um decréscimo de cerca de 4,5 % de produtores da região do Alentejo que se dedicavam a tempo inteiro à atividade agrícola, passando a dedicar-se apenas a tempo parcial. Esta tendência também se verifica na zona do Alentejo Litoral, embora com menor significado (cerca 1,4 %). Assim, a maior parte dos produtores assume em 2009, predominantemente, a atividade agrícola a tempo parcial, sendo que no caso da freguesia de Santa Maria do Castelo o valor é de 95,8 %.

Ordenamento do Território

Os instrumentos de gestão territorial em vigor, são:

Âmbito	Plano	Aprovação, Ratificação, Alteração, Suspensão	Diploma legal
Regional	Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA)	Aprovação	RCM n.º 53/2010, de 02-08
		1.ª retificação	Declaração de Retificação n.º 30-A/2010, de 01-10
Municipal	Plano Diretor Municipal (PDM) de Alcácer do Sal	Aprovação pela Assembleia Municipal e ratificação pelo Conselho de Ministros	RCM n.º 25/94, de 29-04
		1.ª alteração	RCM n.º 86/99, de 12-08
		2.ª alteração	RCM n.º 170/2004, de 22-11. Declaração de Retificação n.º 1-C/2005, de 24-01
		3.ª alteração por adaptação	Aviso n.º 25354/2010, de 06-12 (IIS)
Setoriais	Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Alentejo Litoral	Aprovação	DR n.º 39/2007, de 05-04
		Suspensão parcial (artigos 43.º e 45.º a 49.º), pelo prazo de dois anos (a contar de 07-02-2013)	Portaria n.º 78/2013, de 19-02

Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que Integram a Região Hidrográfica 6 – PGBH do Sado e Mira	Aprovação	RCM n.º 16-A/2013, de 22-03
Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)	Aprovação	RCM n.º 115-A/2008, de 21-07

De acordo com a Planta de Ordenamento do PDM de Alcácer do Sal, o projeto abrange a classe de espaço “Espaços Florestais de Produção”, e de acordo com o Artigo 12º do regulamento deste plano, nos Espaços Florestais de Produção é permitido:

- A plantação de eucaliptos, pinheiro e outras espécies exóticas, nos termos do disposto na legislação específica;
- A plantação de azinheira, sobreiro e outras espécies autóctones;
- O corte, desde que se observe o disposto na legislação vigente;
- Operações culturais integradas na exploração de cada um dos povoamentos.

De acordo com a Carta de Condicionantes do PDM de Alcácer do Sal, as servidões e restrições de utilidade pública afetadas pelo projeto são as seguintes:

- ✓ Domínio hídrico;
- ✓ Reserva Ecológica Nacional;
- ✓ Rede Natura 2000;
- ✓ Linha ferroviária do sul;
- ✓ Sobreiros.

O parecer da Direção de Serviços de Ordenamento do Território refere o seguinte:

O nº2 do artº 12º do regulamento do PDM de Alcácer do Sal ainda em vigor, determina “Nos Espaços Florestais de Produção é permitido”, não interditando outras utilizações, mas definindo a utilização dominante na qual em sede de um instrumento desta natureza e escala de abordagem, não é naturalmente posta em causa a admissibilidade da ocorrência das designadas utilizações complementares ou compatíveis.

Neste mesmo sentido, a publicação do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – DL 80/2015 de 14 de Maio e o DR 15/2015 de 19 de Agosto, veio reforçar que a qualificação do solo se processa em plano territorial, em função do uso dominante admitido, que corresponde ao uso prevalecente. As regras de ocupação, transformação e utilização do solo estabelecidas para cada categoria e sub-categoria estabelecem o aproveitamento do solo em função do uso dominante da categoria em que se integra, privilegiando este uso, interditando as utilizações que o prejudiquem ou comprometam, e estimulando utilizações complementares e compatíveis que favoreçam a multifuncionalidade do uso do solo (nº3 do artº12º DR 15/2015 de 19 de Agosto). Isto mesmo deverá ser tido em conta na revisão do PDM em curso, que deverá ajustar a qualificação do solo na totalidade do concelho e, em particular, nesta área a espaço agro-florestal.

Também no âmbito do procedimento de AIA, foi solicitado parecer externo à CMAS, tendo sido informado o seguinte relativamente aos IGT em vigor para aquela área:

De acordo com o enquadramento nos PMOTs em vigor, salienta-se a sobreposição das áreas de produção agrícola sobre a área de espaços florestais de produção definida em PDM, contudo esta situação não se encontra interdita, de acordo com a redação do artigo 12.º do Regulamento do PDM.

No que se refere a condicionantes existentes na área de intervenção é importante referir o não cumprimento do afastamento à linha de caminho-de-ferro existente, no limite nascente da propriedade, de acordo com a redação do artigo 18.º. para além do acima descrito a área de produção agrícola encontram-se inseridas no sítio Comporta-Galé, do Plano Setorial da rede Natura 2000, o que demonstra a sua importância em termos ambientais. Dada a sua importância ambiental considera-se vantajoso que se promova no interior da área de intervenção, a definição de uma área vocacionada para a conservação de valores naturais. Na qual seriam mantidos os exemplares arbóreo e promovidas ações de conservação dos habitats existentes, por forma a acentuar a concretização de uma das medidas de minimização propostas no EIA.

Desta forma e após as situações acima referidas estiverem ultrapassadas considera-se que não existirá inconveniente à instalação do referido projeto, pois a implementação do mesmo será uma mais-valia, para a concretização de políticas de desenvolvimento territorial, tal como em termos socioeconómicos para o Concelho.

Assim, a fim de efetivar o enquadramento do projeto com o PDM de Alcácer do Sal deverá ser ajustada a qualificação do solo na área do mesmo, no âmbito da revisão deste IGT, tendo por base o constante no artigo 12.º do regulamento deste PDM, ou seja, requalificar esta área a espaço agro-florestal, bem como deverá ser assegurada a faixa de segurança garantindo assim o afastamento à linha de caminho-de-ferro existente e, ainda, salvaguardada uma área no interior da Herdade das Texugueiras Sul que promova a conservação dos habitats e das espécies vegetais existentes.

No que se refere ao Plano de Gestão Florestal (PGF) da Herdade das Texugueiras, datado de setembro de 2011, foi efetuado, à data, para a totalidade da propriedade, nomeadamente para o prédio rústico da Herdade das Texugueiras que apresentava uma área total de 469,74 ha. Entretanto, mais recentemente a presente propriedade foi fraccionada, em duas parcelas independentes. Uma parcela situada no extremo sul da propriedade e designada de Herdade das Texugueiras Sul, com uma área de 188 ha e, onde está previsto a implantação do Projeto Agrícola HTS, e uma segunda parcela, situada a norte designada de Herdade das Texugueiras do Norte, com uma área de 282 ha.

Conforme definido no PGF (Gera, 2011), a exploração encontra-se integrada numa zona fisiográfica homogénea. A compartimentação da exploração e a delimitação das parcelas de gestão foi definida em função da rede divisional, da composição florestal, das características dos povoamentos florestais e da gestão futura prevista. Foram então definidas no Plano de Gestão Florestal, 6 parcelas de gestão de uso florestal. No entanto, o Projeto Agrícola HTS integra-se apenas nas parcelas 3, 4, 5 e 6.

Em termos gerais os principais objetivos da Herdade das Texugueiras seria a produção de pinha nos povoamentos de pinheiro manso e de lenho nos povoamentos de pinheiro bravo.

Pretendia-se ainda manter na exploração o efetivo pecuário de bovinos explorados em regime extensivo e introduzir a exploração de biomassa em povoamentos de pinheiro manso.

Relativamente ao PROTA, embora ainda não tenha decorrido a adaptação e incorporação das orientações e diretrizes do modelo territorial e das normas orientadoras deste plano em relação ao PDM de Alcácer do Sal, a qual decorrerá em sede de alteração ou de revisão do referido PDM, o projeto em avaliação localiza-se em área nuclear da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), definida no PROTA.

Domínio hídrico

Na área de intervenção do projeto há a assinalar uma linha de água situada no limite sudeste na Herdade das Texugueiras Sul, numa extensão de 91 m.

Sobreiros

Na área de intervenção do projeto o Aditamento ao EIA refere foram identificados 21 sobreiros (*Quercus suber*) muito dispersos ainda jovens, mas em bom estado fitossanitário e vegetativo. Estes sobreiros encontram-se essencialmente localizados no extremo sudeste da Herdade das Texugueiras Sul. Trata-se de uma espécie protegida, tal como a azinheira, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho. De acordo com o artigo 3º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, o corte ou arranque de sobreiros e azinheiras, em povoamento ou isolados, carece de autorização da Direção Geral dos Recursos Florestais (atual Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P. - ICNF, I.P.), das Direções Regionais de Agricultura ou do Instituto de Conservação da Natureza (atual ICNF, I.P.).

Linha ferroviária do sul

A Herdade das Texugueiras Sul é limitada a nascente pela Linha Ferroviária do Sul – Variante de Alcácer (em exploração), esta infraestrutura ferroviária está abrangida pelo Domínio Público Ferroviário (DPF), i.e., está sujeita ao regime de proteção definido pelo Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro, com zonas *non aedificandi* associadas, tal como previstas nos artigos 15º e 16 do supracitado diploma. Contudo, verifica a CA que o projeto não respeita esta faixa de proteção, pelo que este aspeto constituirá uma condicionante ao mesmo nos termos do presente parecer (ver ponto 10. adiante).

Relativamente ao edificado proposto no projeto, a CA solicitou esclarecimentos a este respeito em sede de análise da conformidade do EIA, tendo sido apresentado no Aditamento a seguinte informação:

Infraestruturas	Quantidade	Área total a impermeabilizar e a edificar (m ²)
Área de receção de Matéria Orgânica (MO)	4	2 220
Bacias para preparação de caldas	3	150
Instalação de Armazém	1	1.100
Instalação de Cais de acesso ao armazém	1	200
Instalação de balança	1	51
Depósito de gasóleo 6500 L (com bacia de retenção, separador de hidrocarbonetos e depósito de lixiviados) e pavimento lateral	1	15,26
Posto de seccionamento, tipo cabina baixa, em betão préfabricado	1	6,82
Cabines em alvenaria destinadas ao alojamento dos quadros de entrada para alimentação dos grupos eletrobombas dos furos e dos pivots	8	24
Somatório das áreas a impermeabilizar		3767,08

A generalidade das construções previstas está sujeita a licença ou comunicação prévia, conforme as respetivas características, nos termos do artigo 4.º n.º 2, alínea h) e n.º 4 do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Refere o Aditamento que o posto de seccionamento, as cabines e o depósito de gasóleo poderão estar isentos de controlo prévio, de acordo com o Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) de Alcácer do Sal, aprovado pelo Regulamento n.º 136/2016, de 2 de Fevereiro, o artigo 5.º prevê que algumas construções sejam consideradas como de escassa relevância urbanística.

Relativamente ao enquadramento das infraestruturas previstas no projeto no PDM de Alcácer do Sal, tem-se o seguinte:

Infraestruturas	Área total a impermeabilizar e a edificar (ha)	Área total a impermeabilizar e a edificar (ha)	Área máxima de construção permitida (ha)
Área de receção de Matéria Orgânica (MO)	0,372		0,376*
Bacias para preparação de caldas			
Instalação de Armazém			
Instalação de Cais de acesso ao armazém			
Instalação de balança			
Depósito de gasóleo 6500 L (com bacia de retenção, separador de hidrocarbonetos e depósito de lixiviados) e pavimento lateral	0,004	188	Isento de acordo com a alínea g), n.º 2 do artigo 5.º do RMEU de Alcácer do Sal
Posto de seccionamento, tipo cabina baixa, em betão préfabricado			
Cabines em alvenaria destinadas ao alojamento dos quadros de entrada para alimentação dos grupos eletrobombas dos furos e dos pivots			

As diversas construções previstas no projeto terão que cumprir o disposto no Regulamento do PDM de Alcácer do Sal, ou seja, as áreas máximas de construção terão que cumprir o índice máximo de utilização líquida de 0,002 em relação às parcelas em que se inserem, conforme o previsto no n.º 3 do artigo 12.º - Espaços florestais e alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º (edificabilidade) do Regulamento do PDM de Alcácer do Sal.

Tendo em consideração que o Projeto Agrícola HTS prevê a construção de infraestruturas para apoio à atividade agrícola (numa área de 3721 m²) a implantar em espaços classificados como espaços florestais de produção, importa verificar se esta construção cumpre o índice máximo de utilização líquida referido Artigo 12.º e mencionado também no Artigo 10.º do regulamento do PDM.

Em ambos os Artigos (10.º e 12.º) o índice máximo de utilização líquida é de 0,004/ha, da área total da propriedade, correspondendo 0,002 ao índice máximo para habitação e 0,002 ao índice máximo para construção de apoio às atividades agrícolas. Considerando a área total da Herdade das Texugueiras Sul é de 188 ha, para o índice de 0,002/ha a área de construção permitida será de 3760 m², valor superior aos 3721 m² proposto no projeto, pelo que considera a CA que há cumprimento do estabelecido no Regulamento do PDM de Alcácer relativamente aos índices máximos de construção.

Assim, relativamente às construções estarão dependentes das respetivas licenças municipais, tal como definido no artigo 9.º do Regulamento do PDM de Alcácer do Sal.

Património Arqueológico

No caso do património foi considerada, para a área de intervenção do projeto, a realização da prospeção sistemática. Os trabalhos de prospeção arqueológica sistemática foram efetuados por Carla Sofia Alves Fernandes da empresa Archeosfera – Estudos e Consultoria em Arqueologia, Lda.

O projeto não afetará nem se aproxima de qualquer área sensível associada a bens imóveis classificados ou em vias de classificação arqueológica ou patrimonial.

Relativamente ao fator património cultural refere o EIA que na área prospetada não foram identificados quaisquer elementos de interesse patrimonial arqueológico e/ou edificado.

Em termos gerais a fase de construção é genericamente considerada a mais lesiva para o fator ambiental património, não havendo registo de património nesta área, não são expectáveis impactes.”

- No capítulo 6. *Principais Medidas de Minimização de Impactes*, no item Fase de Construção, página 18, 8º parágrafo: “Define-se a medida genérica de acompanhamento arqueológico da obra.”

3.1.2. No Volume 2 – Relatório Síntese, capítulo 5. Descrição do Ambiente Afetado pelo Projeto, no subcapítulo 5.11. Património Cultural, item 5.11.3.1. Prospecção Arqueológica e Reconhecimento de Elementos Edificados, página 207, 2º parágrafo: “Não foi verificada a presença de quaisquer vestígios arqueológicos ou elementos edificados com significado patrimonial na área de inserção do projeto.”

- No 5.11.4. Evolução Previsível da Situação Atual na Ausência do Projeto, página 207: “...A manutenção das condições atuais da paisagem perturbada por desmatamento e movimentação de maquinaria poderão condicionar a conservação de um eventual potencial arqueológico, inerente à estabilidade dos solos. Não se assinala a existência de património arqueológico e/ou edificado a abordar nesta análise.”

Paisagem

A paisagem envolvente à área de intervenção integra-se num vasto conjunto de unidades designado como “Terras do Sado”, inserindo-se a zona em estudo na unidade de paisagem designada como “Pinhais do Alentejo Litoral” (estudo Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental – Cancela d’Abreu et al., 2004).

O projeto agrícola HTS desenvolver-se-á numa área de cariz florestal, a poente e sudeste, com presença de pinheiro-manso numa área de cerca de 121 ha, com uma distribuição irregular e com variações de densidade e, a nascente surgem matos rasteiros e alguns pinheiros em regeneração (zona que corresponde ao local onde existiu o abate da totalidade dos pinheiros com nemátodo da madeira do pinheiro (NMP)), em cerca de 66,9 ha da propriedade.

A densidade de árvores é variável, estando presente ocasionalmente ainda alguns sobreiros (21) e pinheiros bravos. Apesar da área em estudo não apresentar qualquer povoação, ou habitações isoladas, na sua envolvente imediata, referem-se como zonas edificadas com maior relevância, em termos de dimensão o aglomerado de Foros de Albergaria, a cerca de 2,6 km. Refere-se ainda a mais de 1,3 km algumas habitações isoladas (Herdade da Asseiceira e em Ervideira).

As principais vias de comunicação, nomeadamente a A2-Auto-estrada do Sul, o IC1, e a Linha de Caminho de Ferro do Sul, são os elementos antrópicos com maior força estruturante nesta paisagem. No entanto, com maior interesse para o projeto refere-se a presença da Linha Ferroviária do Sul que apresenta um desenvolvimento contíguo ao limite nascente da propriedade onde será implantado o Projeto Agrícola HTS.

Considera-se que a paisagem na área de implementação do projeto apresenta qualidade visual média (nas zonas limítrofes que contactam com as manchas arbóreas envolventes) a baixa (nas zonas sem coberto vegetal), reduzida complexidade e sem volumetria dado o relevo plano, aliado à inexistência de pontos dominantes.

Caracteriza-se por uma grande homogeneidade do ponto de vista cénico pela uniformidade da sua geomorfologia, das cores e a presença de um coberto vegetal na maior parte da área.

O coberto vegetal, ao nível do povoamento de pinheiro manso, surge assim como o fator mais determinante para a sua qualidade uma vez que lhe confere todo o seu valor ecológico.

A paisagem apresenta elevada capacidade de absorção visual, devido sobretudo ao relevo plano aliado à presença de manchas florestais de dimensão significativa na envolvente imediata (constituem barreiras visuais fracionadas), o que faz com que a bacia visual da área de implementação do projeto, apesar de grande amplitude, seja confinada pelas manchas florestais que a delimitam.

Esta classificação deve-se também à inexistência de habitações ou povoações na envolvente da área em causa.

Gestão de resíduos

No concelho onde se implementará o projeto a gestão de dos resíduos urbanos é assegurada pela Ambilital – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM e pelo Município de Alcácer do Sal, existindo uma estação de transferência e um ecocentro.

Na área de intervenção do projeto não se identificaram resíduos nem foram identificados vestígios de contaminação ou presença de substâncias perigosas e também não se identificaram edifícios ou estruturas a demolir que possam resultar na produção de resíduos.

4. Impactes

Clima

As ações a desenvolver nas fases de construção/implantação, de exploração e de desativação do projeto não provocarão quaisquer impactes no clima.

Geologia, Geomorfologia e Recursos Minerais

Fase de construção

Os principais impactes identificados no meio geológico relacionam-se com as ações a seguir indicadas, que ocorrerão na fase de construção, as quais poderão promover a afetação pontual do substrato geológico arenoso, assim as ações são:

- ✓ abertura de escavações para a fundação de cinco apoios agrícolas – um armazém agrícola e 4 áreas de receção de matéria orgânica;
- ✓ aberturas de valas para instalação de infraestruturas subterrâneas (condutas de adução de água e cabos elétricos);

✓ movimentações de terras para modelação do terreno para a criação de caminhos agrícolas (acessos). Em qualquer um dos casos os impactes gerados serão negativos, de magnitude e significância reduzidas, quer pela reduzida dimensão das áreas afetadas (cerca de 2,1 ha), quer pelo reduzido volume de material a escavar (7000 m³), ao qual se associa uma formação geológica que esta largamente representada na região e sem valor patrimonial, científico e onde as alterações na morfologia são pontuais e muito reduzidas, devido ao facto de se tratar de uma zona plana.

Fase de exploração

Na fase de exploração os impactes serão nulos por não existirem impactes acrescidos na estrutura geológica.

Fase de desativação

Na fase de desativação do projeto não é expectável que sejam gerados impactes negativos.

Recursos Hídricos

Relativamente a este fator e face às características do projeto, considera a CA que os principais impactes serão gerados sobre recursos hídricos subterrâneos e estarão diretamente relacionados com a extração de água prevista no projeto e com a contaminação por nutrientes e fitofármacos. Poderão ainda ocorrer impactes nos recursos hídricos superficiais, centrados fundamentalmente na qualidade.

Fase de construção

Durante esta fase, a remoção de parte do coberto vegetal (a efetuar em 188 ha) e a limpeza do terreno potenciam modificações na rede de drenagem natural da área. Tratar-se-á de um impacte negativo, direto, temporário, imediato, reversível, provável, de magnitude reduzida e local.

De salientar que o desnudamento temporário do solo, associado à componente arenosa dominante nos solos em presença pode favorecer, em episódios de maior pluviosidade, a ocorrência de fenómenos erosivos e o transporte de sedimentos para as linhas de água presentes, aumentando os caudais sólidos e propiciando a ocorrência de assoreamentos a jusante.

De qualquer forma, a combinação de elevada permeabilidade com reduzido declive, presentes na área de inserção do projeto, não favorece a ocorrência de processos relevantes de erosão de solos e, conseqüentemente, o transporte de sedimentos por águas de escoamento superficial. Assim, a magnitude destes impactes será reduzida, tratando-se de impactes pouco significativos.

Outro fator atenuante para a redução da significância do impacte prende-se com a correção do solo, que se inicia imediatamente após a remoção do coberto vegetal, a qual irá promover a redução de fenómenos erosivos e a redução do transporte de sedimentos para as linhas de água, reduzindo os assoreamentos e contribuindo na redução da erosão.

Embora as linhas de água existentes na zona do projeto agrícola consistam apenas em linhas de escorrência preferencial do terreno, nem sempre visíveis no terreno, a interferência com as mesmas constituirá outro impacte na fase de construção. Será então um impacte negativo, indireto, permanente, imediato, de magnitude moderada e reversível.

A movimentação de maquinaria agrícola ou outra necessária durante a fase de construção, poderá induzir poluição pontual por hidrocarbonetos, óleos e gorduras. O impacte será negativo, indireto, temporário, imediato, de magnitude reduzida, reversível, provável e local.

A abertura de valas para instalação elétrica ou dos tanques de lamas para realização das captações de água subterrânea, em episódios de maior pluviosidade, poderá provocar uma pontual turvação da água nas linhas de escoamento. O impacte será então negativo, direto, temporário, imediato, de magnitude reduzida, reversível e provável.

No que se refere aos recursos hídricos subterrâneos, durante a fase de construção, a movimentação de maquinaria agrícola contribui para a compactação dos solos, afetando a capacidade de infiltração e potenciando o escoamento superficial. No entanto, a elevada permeabilidade verificada no terreno natural não favorece a presença de alagamentos significativos e/ou de escoamentos superficiais. Tratar-se-á, portanto, de um impacte negativo, indireto, temporário, imediato, de magnitude reduzida, reversível, pouco provável e local.

As escavações a realizar na ordem de 1,5 m de profundidade, nomeadamente para execução das fundações do armazém, a abertura de valas para implantação das condutas de adução e para enterrar os cabos elétricos, e a abertura de tanques de lamas para a construção de captações subterrâneas podem eventualmente atingir o nível freático, no entanto, face ao tipo de intervenção e à reduzida dimensão das fundações das valas e tanques, refere a CA que não será necessário proceder ao rebaixamento do nível freático. No entanto, a verificar-se este tipo de impacte, ocorrerão apenas interferências com os níveis freáticos locais e mais superficiais, não se prevendo a afetação de usos da água porque na área de inserção e envolvente próxima do Projeto Agrícola HTS não existem captações em uso.

Nestas circunstâncias, a eventual oscilação do nível freático no aquífero, representará um impacte negativo, direto, mas pouco provável, temporário, local, de reduzida magnitude e pouco significativo.

Assim, durante a fase de construção os principais impactes nos recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) estarão associados à remoção do coberto vegetal, à preparação do terreno para implantação das culturas, às obras de instalação dos sistemas de rega, à construção das onze captações de água subterrânea previstas, eventualmente alguma intervenção em linhas de água e à poluição pontual por hidrocarbonetos, por óleos e por

gorduras (provenientes da movimentação de maquinarias). Tratar-se-á de um impacte negativo, direto, certo, permanente, reversível, de magnitude reduzida e local.

Fase de exploração

Na fase de exploração os principais impactes nos recursos hídricos estarão relacionados com o consumo de água para rega e com a contaminação por nutrientes, por pesticidas e por fitofármacos.

Uma vez que a origem de água é apenas subterrânea, o impacte provocado pelo consumo de água para rega (não existindo necessidades de água potável para abastecimento humano) repercute-se apenas nos recursos hídricos subterrâneos, estando prevista a construção de onze captações de água subterrânea.

O projeto de captação de água subterrânea será implementado em duas fases. Na primeira fase serão efetuadas três pesquisas de água subterrânea de 200 m de profundidade onde será avaliada a espessura do Miocénico bem como a sua produtividade *in situ*. Com base nas três pesquisas será elaborado um corte litológico demonstrativo do modelo do aquífero na área do projeto e serão realizados ensaios de caudal, colheitas de água para determinação isotópica da idade da água, com o principal objetivo de aferir a idade da água do aquífero na área do projeto. Por outro lado, com base nos rebaixamentos medidos nos três primeiros furos serão simulados os rebaixamentos expectáveis de ocorrer quando todas as 11 captações estiverem a laborar, e posteriormente na fase de exploração a medição continuada dos níveis irá permitir avaliar as disponibilidades do aquífero.

No que se refere ao aquífero mais superficial, assumindo uma precipitação média anual de 600 mm e uma taxa de recarga entre 20 e 30% (considerando uma elevada permeabilidade do solo existente), a recarga anual média varia entre 0,23 e 0,34 hm³. No que se refere ao Sistema Aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, a recarga é de 1006 hm³/ano e os consumos são de 230 hm³/ano, o que corresponde a uma taxa de exploração de 23% (informação do PGBH Tejo e Oeste).

A Portaria n.º 1115/2009, 29 de setembro, indica que o bom estado quantitativo de uma massa de água é atingido quando a taxa média de captação a longo prazo é inferior a 90% da recarga média anual. Assim, o valor disponível para extração na área do projeto (188 ha) pode tomar valores entre 0,2 e 0,3 hm³/ano. O abastecimento de água para rega deste projeto deve implicar a disponibilização de volumes anuais médios da ordem dos 0,18 hm³/ano.

De referir que, nas imediações deste projeto agrícola, existem outros projectos agrícolas, ou em fase de implementação (com DIA emitida), ou com processo de avaliação ambiental a decorrer, ou já implementados, que também prevêem consumos de água subterrânea, a saber:

- Projeto Agrícola HM, localizado na Herdade do Monte Novo do Sul, com uma área de implantação de 649 ha, contemplando uma superfície irrigável de 528,5 ha, em fase de implementação e com DIA emitida, com um consumo previsto de 0,9 hm³/ano;
- Projeto Hortícola da Herdade da Comporta, com uma área total de 982 ha, parcialmente implementado e com DIA emitida, com um consumo estimado de 0,82 hm³/ano.
- Projeto Agrícola HTN na Herdade das Texugueiras Norte (HTN) (projeto agrícola em estudo e em fase de AIA), confina a norte com o Projeto Agrícola HTS. A propriedade de implantação do projeto tem uma área de 282,25 hectares, contemplando o projeto uma área de intervenção de 264 ha, com ocupação de 114 ha de pomares. Estima-se que quando o projeto agrícola HTN estiver em pleno, o abastecimento de água para rega deve implicar a disponibilização de volumes anuais médios da ordem dos 0,57 hm³/ano (para o pomar em plena produção).

Se se considerar a área total dos quatro projectos (2102 ha), assumindo a mesmas condições de recarga, o valor disponível para extração pode tomar valores entre 2,5 e 3,8 hm³/ano. Assim, tendo em conta as necessidades anuais dos quatro projetos (~3 hm³), considera a CA que não está em risco o bom estado quantitativo da massa de água subterrânea da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, sendo, no entanto, previsível a descida da superfície piezométrica.

Desta forma, considera a CA que, na fase de exploração, o impacte provocado pelo consumo de água para rega (alteração da superfície piezométrica da massa de água subterrânea) será negativo, direto, permanente, de médio-longo prazo, de magnitude elevada, significativo, certo, reversível e local.

No que se refere à eventual alteração da qualidade da água superficial e subterrânea, esta pode ser afetada pelo aumento de nutrientes e pelo uso de pesticidas e fitofármacos. O aumento de nutrientes impõe uma redução de oxigénio nas águas superficiais, condição que pode promover uma alteração no estado ecológico da massa de água a jusante. Por outro lado, a lixiviação de nutrientes, de pesticidas e de fitofármacos para as águas subterrâneas promove a alteração do estado químico por aumento, principalmente, de nitratos e pesticidas.

Assim, considera a CA que, na fase de exploração, o impacte provocado por contaminação por nutrientes, por pesticidas e por fitofármacos, representará um impacte negativo, direto, certo, permanente, reversível, com magnitude moderada e local.

Refira-se, ainda, que o impacte associado à diminuição da recarga direta, devido à presença de áreas impermeabilizadas, com uma área de ocupação de 3767,08 m², será negativo, indireto, certo, permanente, reversível, de magnitude reduzida, pouco significativo e local.

Fase de desativação

Nesta fase foram considerados dois cenários: o abandono das infraestruturas com a cessação das práticas agrícolas de regadio e a cessação das práticas agrícolas de regadio com a remoção de infraestruturas. Considera a CA que a cessação das práticas agrícolas de regadio, e consequentemente de extração de água, à escala local, induzirá à subida da superfície piezométrica da massa de água subterrânea, embora com reflexos reduzidos à escala regional.

Também ao nível da qualidade da água das massas de água superficiais e subterrâneas, decorrerá a cessação de afluxo de nutrientes e pesticidas às mesmas.

Qualidade do Ar

Fase de construção

As principais ações a realizar na fase de construção e que originarão a emissão de poluentes para a atmosfera são as seguintes:

- ✓ remoção de vegetação e limpeza do terreno;
- ✓ mobilização do solo/lavoura;
- ✓ movimentação de terras e modelação superficial do terreno para implantação dos caminhos/acessos;
- ✓ escavações e aterros para implantação das infraestruturas (vala para instalações elétricas e construção das infra-estruturas);
- ✓ Circulação de veículos e outras máquinas agrícolas.

Estas ações darão origem à emissão de partículas, de óxidos de azoto (NO_x), de compostos orgânicos voláteis (COV), de hidrocarbonetos (HC), de monóxido de carbono (CO) e de óxidos de enxofre (SO₂), sendo que darão origem a impactes negativos, pouco significativos, localizados, reversíveis e temporários.

Fase de exploração

Durante o período de plantações e em resultado da aplicação dos fertilizante e dos produtos fito-sanitários ocorrerá a libertação de COV para a atmosfera, referindo o RS do EIA que após uma a duas semanas depois da respetiva aplicação, a concentração destes elementos na atmosfera seja muito pouco significativa.

Assim, os impactes resultantes da fase de exploração serão negativos, pouco significativos, localizados, reversíveis e temporários.

Fase de desativação

Na eventualidade de ocorrer a desativação do Projeto Agrícola HTS, as ações geradas serão idênticas às da fase de construção, pelo que os impactes expectáveis serão negativos, embora pouco significativos.

Ambiente Sonoro

Uma vez que ao projeto em análise não estão associadas fontes sonoras ruidosas de carácter permanente suscetíveis de exceder, nas suas diferentes fases, os limites de ruído impostos no Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído, considera a CA que não serão gerados impactes negativos sobre este fator.

Solos, Capacidade de Uso e Ocupação Actual do Solo

Fase de construção

Nesta fase as ações que se prevê poderem ser geradoras de impactes negativo nos solos serão:

- ✓ Remoção da vegetação;
- ✓ Alteração da composição e estrutura do solo devido as ações de correção do solo;
- ✓ Ocupação direta e permanente de solos com infraestruturas e com culturas nas áreas a regar pelos pivots;
- ✓ Circulação de maquinaria pesada, provocando a compactação dos solos;
- ✓ Contaminação dos solos por eventuais descargas acidentais de betão (a usar para as sapatas e pavimentos do armazém), de óleos e de combustíveis ou de outro tipo de contaminantes.

As ações de remoção de vegetação, que ocorrerão na totalidade da área de intervenção do projeto (163 ha), causarão o desnudamento do solo tornando-o mais vulnerável aos processos de erosão hídrica e eólica, dando origem a um impacto negativo, direto, de magnitude reduzida, certo, local, temporário e reversível.

Conforme previsto no projeto, a correção do solo a realizar apenas na área de implantação dos pivots será efetuada com um corretivo mineral, seguindo-se um corretivo orgânico. Relativamente ao corretivo orgânico o projeto prevê o recurso a matéria orgânica curtida ou composto, em função das disponibilidades no mercado e das características composicionais necessárias.

A correção mineral do solo será efetuada recorrendo a um corretivo à base de enxofre e argila.

O controlo da aplicação destes elementos será monitorizado, pelo que as ações de correção do solo previstas, desde que adequadamente desenvolvidas, poderá traduzir-se num impacto positivo moderadamente significativo, na medida que corroboram para a sua conservação, melhoria e valorização do solo. O impacto classifica-se ainda de certo, temporário, reversível, local, apresentando magnitude moderada.

A circulação de máquinas, de veículos e de equipamentos, bem como a criação de acessos provisórios, induzirão uma ligeira compactação dos solos, dando origem a impactes negativos, diretos, de magnitude moderada, certos, locais, temporários e reversíveis.

A eventual ocorrência de derrames de óleos poderá representar um impacto negativo, direto, de magnitude moderada, provável, temporário, local e reversível, dado que os solos podzolizados apresentam elevada suscetibilidade a contaminação. As ações de construção de infraestruturas permanentes de apoio à atividade

agrícola (numa área total de 3.767,08 m²) afetarão diretamente o solo, implicando a sua remoção nas áreas a intervencionar, sendo o respetivo impacte negativo, direto, de magnitude reduzida, permanente, reversível, provável e localizado.

Fase de exploração

Considera a CA que os impactes associados à fase de exploração foram iniciados na fase de construção, nomeadamente os relacionados com a mobilização do solo e com a preparação do solo para as novas plantações. Relativamente às ações de fertilização previstas durante a fase de exploração, serão distribuídas ao longo do ano de forma diferenciada em função da estação, das condições climáticas, solo e do tipo de cultura (análise foliar e água de rega), de modo a evitar-se fertilizações em excesso. A aplicação continuada de fertilizantes, bem como a eventual presença de sais nas águas de rega, podem, eventualmente, favorecer fenómenos de salinização dos solos.

Na fase de exploração serão ainda gerados impactes negativos relacionados com a erosão, com a salinização, com a alcalinização e a com contaminação do solo.

Fase de desativação

Relativamente à fase de desativação, o sistema de regadio e todas as infraestruturas associadas serão removidas, sendo que os respetivos impactes serão negativos e semelhantes aos descritos na fase de construção.

Sistema Ecológico

Fase de construção

A análise das interações do projeto com os valores biológicos ainda presentes na área de intervenção do projeto permite identificar as principais ações potencialmente geradoras de impactes na fase de construção, nomeadamente:

- ✓ Intervenção A - Correção do solo e remoção da cobertura vegetal numa área de 148 ha;
- ✓ Intervenção B - Conversão do terreno numa superfície irrigável (Instalação de 8 Pivots - 148 ha);
- ✓ Intervenção C - Afetação de coberto vegetal para construção 5438 m de caminhos/acessos entre os vários pivots;
- ✓ Intervenção D - Instalação de linha subterrânea de baixa tensão numa extensão de 3895 m (0,16 ha);
- ✓ Intervenção E - Realização de escavações e aterros para implantação das infraestruturas previstas no projeto (11 captações subterrâneas de água, valas para instalação de condutas de adução e rega numa extensão de 1291 m, implantação de um armazém agrícola, 4 áreas de receção de matéria orgânica, 1 cais) (13,9 ha);

A correção do solo e a remoção do coberto vegetal, associada à mobilização do solo que será necessária realizar, constituirão ações geradoras de impactes negativos nas formações vegetais. Assim, durante estas intervenções prevê-se a afetação de:

- ✓ 76,89 ha (40,90% da área total) de matos da *Cisto-Lavenduletalia*, classificados como habitat natural 2260 em subcoberto de pinheiro-bravo;
- ✓ 44,80 ha (23,83% da área total) do mosaico de prados e matos psamófilos (com Pinheiro bravo em regeneração), classificados como habitats 2330 e 2260, respetivamente;
- ✓ 18,29 ha (9,73%) de povoamento florestal de pinheiro-bravo e/ou pinheiro-manso cujo subcoberto está classificado com o habitat 2260;
- ✓ 8,00 ha (4,26%) de prados e matos psamófilos em subcoberto de Pinheiro-manso, classificados com os habitat habitats 2330 e 2260, respetivamente;
- ✓ 0,06 ha (0,03%) de uma área com pinheiro-manso cujo subcoberto apresenta um estrato arbustivo classificado como habitat prioritário 2250*.

Segundo o EIA, esta será a ação geradora do maior impacte nas formações vegetais, já que é a que envolverá maior área de intervenção. Assim, e tendo em consideração que serão afetados habitats naturais classificados, o respetivo impacte será negativo, direto, permanente, imediato, de magnitude média, irreversível, certo, regional e apresenta sensibilidade média.

A intervenção em áreas de ocorrência do habitat *2250 é considerada como a mais impactante do projeto, uma vez que este habitat é considerado prioritário para a conservação da natureza no âmbito do Anexo I do Decreto-Lei 140/99, de 24 de abril. O impacte gerado sobre esta formação será então negativo, direto, permanente, imediato, irreversível, certo, regional e apresenta sensibilidade elevada. A magnitude é, no entanto, média, dada a reduzida área que se prevê afetar.

Importa salientar novamente que cerca de 66,97 ha da área da herdade foi sujeita a ações fitossanitárias para controlo e erradicação do nemátodo da madeira nos pinheiros, encontrando-se as formações arbustivas em recuperação. O impacte gerado sobre estas formações (Prados e Matos psamófilos com pinheiro-bravo ou pinheiro-manso em regeneração) é considerado negativo, direto, permanente, imediato, de magnitude reduzida, irreversível, certo, local e apresenta sensibilidade média.

A conversão da área em terrenos irrigáveis e a instalação dos 8 pivots (intervenção B) envolve a intervenção em 148 ha e será realizada após a correção do solo e a remoção de coberto vegetal (intervenção A). Neste caso, como o terreno já foi intervençionado e a vegetação removida, os impactes na flora e vegetação decorrentes desta intervenção já ocorreram durante a intervenção A. O respetivo impacte será negativo, direto, permanente, imediato, de magnitude média, reversível, certo, local e apresenta sensibilidade média/elevada.

A construção de caminhos agrícolas (intervenção C) irá afetar, na totalidade 1,79 ha de prados e matos psamófilos, com pinheiro-bravo em regeneração, de povoamentos florestais de pinheiro-bravo e/ou pinheiro-manso, cujo subcoberto apresenta os habitats 2330+2260, gerando-se um impacte negativo, direto, permanente, imediato, certo, local e reversível, de magnitude reduzida uma vez que esta área já apresenta alguma intervenção humana. Sobre esta afetação importa referir que no projeto está prevista construção de 5438 m de acessos/caminhos agrícolas, traduzindo-se numa área intervençionada aproximada de 2,17 ha. No entanto, como a generalidade destes acessos serão construídos em áreas sem vegetação (correspondentes a faixas de gestão de combustível ou acessos já existentes), apenas foi contabilizada a afetação de 1,79 ha.

A instalação da linha subterrânea de baixa tensão (intervenção D) envolve a intervenção em cerca de 0,16 ha, atravessado, maioritariamente (0,07 ha) uma área com povoamento florestal de pinheiro-manso com subcoberto de habitat 2260. O impacte gerado por esta intervenção será, assim, negativo, direto, permanente, imediato, certo, local, reversível e terá magnitude baixa.

No que respeita à construção das infraestruturas de apoio (11 captações subterrâneas de água, valas para instalação de condutas de adução e rega numa extensão de 1291 m, implantação de um armazém agrícola, 4 área de receção de matéria orgânica, 1 cais), correspondente à intervenção E, prevê-se a afetação de cerca de 13,83 ha, não estando prevista a afetação de habitats naturais prioritários. O impacte resultante da fase de obra será, assim, negativo, direto, permanente, certo, local, imediato, irreversível e de magnitude média.

Salienta a CA, no entanto, que esta avaliação de impactes não incide sobre as espécies de flora relevantes para a conservação da natureza que, potencialmente, poderão ocorrer na herdade, dado não terem sido identificadas aquando da realização de trabalho de campo, por esta não ter coincido com a época de floração.

Relativamente à fauna, para além do acréscimo de trânsito indispensável para a realização da obra e da inevitável perturbação humana, também responsável pelo aumento de ruído, haverá igualmente movimentação de terras, e o desenvolvimento de atividades que poderão resultar no esmagamento ou concussão de vários animais (répteis, anfíbios e pequenos mamíferos), gerando-se assim impactes negativos, diretos, imediato, provável, locais, temporários, irreversíveis e de magnitude reduzida. As mesmas atividades originarão uma perturbação dos locais de repouso, de alimentação e de reprodução de várias espécies (aves, mamíferos), que resultarão num afastamento temporário desses indivíduos. Gerar-se-ão, por isso, impactes negativos, diretos, certos, médio prazo, locais, temporários, reversíveis e de magnitude reduzida.

Na fase de construção as ações relativas à destruição da vegetação irão provocar impactes negativos sobre a fauna, resultando num empobrecimento faunístico do local, particularmente para as espécies que dependem e que estão intimamente associadas a estes habitats. Desta ação, é de esperar o afastamento das espécies que utilizam estas áreas para as suas atividades circadianas ou sazonais (alimentação, abrigo, nidificação ou reprodução), e, possivelmente, um aumento dos níveis de mortalidade individual de espécies com menor mobilidade.

Com a implantação do sistema de regadio e dos caminhos agrícolas prevê-se a afetação de todos os grupos de fauna terrestre presentes na área de intervenção do projeto, já que no decurso destas ações de construção irão ser temporariamente perturbados e alterados os habitats da fauna terrestre. O impacte gerado será assim negativo, direto, certo, médio prazo, local, temporários, Irreversível e de magnitude reduzida a moderada.

Considera-se que a construção do armazém, do cais e das 4 áreas de receção de matéria orgânica, tratando-se de obras localizadas, não irão afetar um grupo tão diversificado de espécies de fauna, no entanto, como se tratam de obras com uma maior dimensão temporal irão originar um impacte negativo, direto, temporário, certo, local, imediato, reversível e de magnitude reduzida a moderada.

Fase de exploração

Nesta fase a principal ação potencialmente geradora de impactes na flora e vegetação será a entrada em funcionamento do sistema de rega e a presença das infraestruturas de apoio ao projeto.

A flora da área de intervenção do projeto, característica do clima mediterrânico, apresenta uma série de adaptações que lhe permite resistir à secura estival típica desta região. A alteração da disponibilidade hídrica, com a aplicação do regadio, terá consequências ao nível da composição florística dos diversos biótopos, levando à sua alteração progressiva. Estas modificações implicam o empobrecimento no que se refere às espécies exclusivas dos habitats existentes. Ocorrerão, deste modo, impactes negativos, diretos, permanentes, certos, locais, de médio prazo, reversível e de magnitude média.

Com implementação do projeto a disponibilidade de água para rega será potenciada a transição de áreas naturais e incultas para áreas regadas. A alteração das espécies vegetais e a modificação de habitats levará à transição gradual de determinadas espécies da fauna, atualmente presentes na área afeta ao projeto.

Com este fenómeno de transição, é provável tanto o afastamento de espécies adaptadas a ambientes mais secos, como a expansão de espécies associadas a habitats menos secos (e.g. garças, cegonha-branca, anfíbios). Deste modo, considera-se que, no primeiro caso, o impacto gerado será negativo, direto, permanente, provável, local, médio/longo prazo, reversível e de magnitude média, enquanto no segundo o impacto será positivo, direto, permanente, provável, local, médio/longo prazo, reversível e de magnitude reduzida.

A transição de áreas secas e incultas para áreas regadas irá influenciar o comportamento de espécies que dependem exclusivamente das primeiras, como o tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*). A mudança na ocupação do solo poderá promover o afastamento da espécie, no que respeita aos hábitos alimentares, visto que caça em áreas predominantemente desarborizadas, como zonas arbustivas com urzais e tojais e áreas plantadas com coníferas jovens e urzais. No entanto, admite-se que este fenómeno seja pouco expressivo, dada a extensão da área a regar. Assim, e considerando que o restante perímetro de caça desta espécie se encontra em zona protegida, coincidindo com biótopos propícios ao seu ciclo circadiano, admite-se que o impacto gerado para esta espécie será negativo, direto, permanente, provável, local, médio/longo prazo, reversível e de magnitude reduzida.

Caso se verifiquem fenómenos de alteração da qualidade da água (devido a escorrências contaminadas com pesticidas e adubos), poderá ocorrer a eventual afetação de espécies mais sensíveis de fauna piscícola ou anfíbios nas linhas de água mais próximas. Os impactos gerados serão negativos, diretos, permanentes, prováveis, regionais, médio prazo, reversíveis e de magnitude moderada.

Fase de desativação

Na eventualidade de ocorrer a desativação do Projeto Agrícola HTS, além da remoção das infraestruturas, haverá nova mobilização do solo, sendo que algumas das ações geradas serão idênticas às da fase de construção, pelo que os impactos expectáveis serão negativos, embora pouco significativos, considerando que os valores naturais em presença já foram removidos aquando da fase de implementação do projeto.

Relativamente à avaliação de impactos, conclui a CA que os valores naturais em presença não foram devidamente identificados, bem como a avaliação dos impactos efetuada no EIA não se encontra ajustada à realidade efetiva da propriedade em causa, uma vez que não foram considerados para a referida avaliação a afetação das faixas e núcleos de habitat 2150 e dos núcleos do habitat 2250, assim como dos núcleos da espécie *Armeria rouyana*, presentes na área de intervenção do projeto.

Relativamente à presença dos habitats prioritários detetados apenas na visita à Herdade das Texugueiras Sul, verificou-se, desde logo, que os pivots 1, 2, 3 e 4 afetam faixas e pequenos núcleos do habitat 2150 e que os pivots 2, 5, 6, 7 e 8 afetam núcleos do habitat 2250 e faixas e pequenos núcleos do habitat 2150.

Tendo então constatado a CA que os valores naturais não foram devidamente identificados no EIA, assim como a respetiva avaliação de impactos não refletiu a existência desses valores, foi solicitado ao proponente a retificação dos elementos apresentados no EIA, no Aditamento e nos elementos Adicionais, incluindo a apresentação do Desenho 14 em conformidade com os valores naturais em presença na Herdade das Texugueiras Sul, bem como a inerente avaliação de impactos.

Em 9 de setembro de 2016, o proponente remeteu os referidos elementos tendo concluído a CA que reavaliação de impactos apresentada é idêntica à apresentada no Relatório Síntese do EIA (fevereiro de 2016) apenas acrescentando a classificação dos impactos relativamente à afetação da área onde foram identificados núcleos de *Armeria rouyana*, e que não obstante terem sido identificados novos núcleos e faixas dos habitats prioritários 1250 e 2250, o proponente decidiu manter a classificação dos impactos apresentada no EIA e no Aditamento.

Importa salientar também que na avaliação de impactos apresentada não é considerado o abate do povoamento de pinheiro manso adulto, que se apresenta em boas condições fitossanitárias, como um impacto negativo e significativo, uma vez que a região de Alcácer do Sal é a mais emblemática e das mais produtivas no que se refere a pinhão em Portugal.

No que diz respeito à nova cartografia apresentada (Desenho 14B) importa a CA referir que 7 de setembro de 2016, o ICNF fez, juntamente com a equipa que elaborou o EIA, o percurso efetuado na visita anterior de 23 de agosto de 2016. Ao longo deste percurso (realizado em veículo todo-o-terreno), os técnicos do ICNF foram indicando os valores naturais detetados apenas junto ao percurso e que não constavam da cartografia apresentada, pelo que concluiu a CA que o Desenho 14B se apresenta incompleto.

Face ao exposto e dada a extensão da área de intervenção do projeto, (148 hectares dos 188,03 hectares da Herdade das Texugueiras Sul que se insere na sua totalidade no SIC Comporta-Galé), a sua implementação poderá colocar em causa a integridade do SIC Comporta-Galé, caso o projeto seja implementado com as características previstas. Contudo, poder-se-ão minimizar os impactos do projeto se a sua área irrigável (que implica a destruição do coberto vegetal) for substancialmente reduzida e realocada na área cujos valores naturais são menos relevantes e onde atualmente não existe um povoamento florestal adulto em produção (área objeto do corte fitossanitário), facto este que implica a reformulação do projeto em função dos habitats naturais/espécies protegidas em presença no local.

Socioeconomia

Fase de construção

Na fase de construção, os impactos mais significativos serão negativos e têm uma incidência predominantemente local, direta, temporária e reversível, estarão associados aos trabalhos de construção das várias infraestruturas associadas ao projeto, sendo que a consequência será a perturbação da população que se localiza nas imediações do local.

Os impactos, eventualmente positivos, estarão associados à atração temporária de trabalhadores e à dinamização das atividades económicas associadas à implementação do projeto agrícola.

As alterações na acessibilidade e nas condições de circulação rodoviária, a afetação de parcelas com uso não agrícola, darão origem a impactos negativos, embora pouco significativos, para as ações relacionadas com a execução física do projeto, as quais poderão causar alguma perturbação nas acessibilidades e no trânsito local.

Fase de exploração

Na fase de exploração, considera a CA que os impactos gerados serão positivos, embora moderadamente significativos e estarão relacionados com uma melhoria na diversificação e da qualificação da base económica regional. Haverá também um aumento da competitividade da produção agrícola, através da criação e do desenvolvimento de práticas de natureza empresarial, numa perspetiva de orientação da produção para o mercado.

Refere o EIA que, em termos de empregabilidade, o projeto em plena exploração poderá empregar 4 pessoas para trabalho especializado e 20 pessoas para trabalhos de colheita e de manutenção.

Fase de desativação

Nesta fase os impactos expectáveis estarão associados ao desmantelamento das infraestruturas existentes, os quais serão idênticos aos gerados na fase de construção, portanto, negativos, embora pouco significativos, atendendo às ações associadas e à ausência de recetores sensíveis.

Arqueologia

Fase de construção

A fase de construção será a mais lesiva para o fator património. Considerando que não há registo de património arqueológico na área de intervenção do projeto não serão expectáveis impactos sobre este fator nesta fase, contudo, considera a CA pertinente a realização de acompanhamento arqueológico da obra, como forma de prevenir a ocorrência de impactos negativos sobre este fator, caso surja alguma ocorrência patrimonial.

Fase de exploração

Fase ao exposto anteriormente, nesta fase não serão gerado impactos.

Fase de desativação

Considerando que não há registo de património arqueológico na área de intervenção do projeto, não é expectável a ocorrência de impactos nesta fase.

Paisagem

Fase de construção

Os trabalhos de remoção da vegetação são responsáveis pela alteração da estrutura, da organização e da respetiva manifestação visual da paisagem, traduzindo-se em fortes contrastes cromáticos e desorganização dos espaços envolventes. Atendendo ao facto que terá que existir o abate dos pinheiros e a remoção de vegetação em cerca de 148 ha (área irrigável), considera a CA que o impacto será negativo, moderadamente significativo, direto, certo, permanente, irreversível, de magnitude moderada, local e não minimizável.

Fase de exploração

Nesta fase os impactos gerados serão negativos, pouco significativos (dado que não existem áreas sociais na envolvente mais próxima) e não minimizáveis, atendendo à alteração visual na paisagem após a implementação do projeto. O atual coberto vegetal, arbóreo e arbustivo, será substituído por pivots de rega com culturas de batata, cebola e cenoura, por infraestruturas construídas, desaparecendo, inerentemente, a diversidade vegetal e cromática da paisagem.

Fase de desativação

Os impactos gerados na fase de desativação do projeto serão negativos, pois correspondem às ações de desmantelamento e de desativação das infraestruturas, contudo, minimizáveis após a aplicação do plano de desativação do projeto previsto no presente parecer.

Gestão de Resíduos

Fase de construção

Durante a fase de construção é expectável que os resíduos gerados resultem essencialmente das seguintes ações de projeto:

- ✓ Trabalhos de preparação e de mobilização do solo;

- ✓ Preparação do solo/correção do solo e plantações na área agrícola;
- ✓ Operação e movimentação de veículos, de equipamentos e de máquinas afetos à área agrícola;
- ✓ Atividades de construção associadas à implantação de infraestruturas.

Se implementadas as medidas de minimização constantes do presente parecer os impactes negativos gerados serão atenuados.

Fase de exploração

Nesta fase serão desenvolvidas ações de operações de limpeza do terreno e de preparação da nova sementeira, serão também desenvolvidos trabalhos de plantações na área agrícola, de aplicação de fertilizantes, de herbicidas e de produtos fitossanitários e de operação e movimentação de veículos, de equipamentos e de máquinas afetos à área agrícola, originarão resíduos de várias tipologias.

Impactes cumulativos

No Aditamento ao EIA foi efetuada a avaliação dos impactes cumulativos do Projeto Agrícola HTS, dos recursos hídricos, dos sistemas ecológicos e dos usos do solo, com os vários tipos de projetos existentes, bem como com os previstos na zona. Assim, num raio de influência de 10 km do Projeto Agrícola HTS, foram identificados os seguintes projetos:

- ✓ Projeto Hortícola da Herdade da Comporta (PHHC) (com AIA e DIA favorável condicionada), localizado a aproximadamente 8 km a poente do Projeto Agrícola HTS. Tem uma área regada total de 781 ha, sendo que já se encontra implementado em 620 ha. As estimativas realizadas apontam para um consumo anual de cerca de 0,82 hm³ de água;
- ✓ Projeto Agrícola HM na Herdade do Monte Novo do Sul (PAHM) (em fase de implementação e com emissão de DIA favorável condicionada), localizado a aproximadamente 7,5 km a noroeste do Projeto Agrícola HTS. Este projeto tem 649 hectares e, contempla uma superfície irrigável de 469,52 ha. A estimativa das necessidades hídricas para rega, implicam no início do projeto volumes anuais médios da ordem dos 2,5 hm³/ano (para preparação do solo) e em plena produção, 0,9 hm³/ano para culturas em regime de rotação;
- ✓ Área Agrícola da Herdade do Mar (não teve processo de avaliação de impacte ambiental), localizada a aproximadamente 6 km a poente do Projeto Agrícola HTS. Tem uma área regada total de 220 ha, no entanto, atualmente encontra-se desativado sem exploração há mais de 2 anos.
- ✓ Área Agrícola da Herdade da Asselceira (não teve processo de avaliação de impacte ambiental), localizada a aproximadamente 800 m a nascente do Projeto Agrícola HTS. Este Projeto tem uma área regada total de 330 ha.
- ✓ Área Agrícola da Herdade das Bicas (não teve processo de avaliação de impacte ambiental), localizada a aproximadamente 4,5 km a sudoeste do Projeto Agrícola HTS. Este projeto tem uma área regada total de 215 ha. Ao contrário das áreas agrícolas da Herdade do Mar e da Asselceira a Herdade das Bicas encontra-se fora da SIC Comporta/Galé.
- ✓ Projeto Agrícola HTN na Herdade das Texugueiras Norte (HTN) (projeto agrícola em fase de AIA), confina a norte com o Projeto Agrícola HTS. A propriedade de implantação do projeto tem uma área de 282,25 hectares, contemplando o projeto uma área de intervenção de 264 ha, com ocupação de 114 ha de pomares. Estima-se que quando o projeto agrícola HTN estiver em pleno, o abastecimento de água para rega deve implicar a disponibilização de volumes anuais médios da ordem dos 0,57 hm³/ano (para o pomar em plena produção).
- ✓ Projeto Aldeamento Turístico das Casas de Montado de Sobreiro (AIA com DIA favorável condicionada), localizado a aproximadamente 6,5 km a noroeste do Projeto Agrícola HTS.
- ✓ Para além destes, importa assinalar ainda outros projetos previstos também para a região localizados a mais de 15 km do Projeto Agrícola HTS, os quais foram executados apenas parcialmente, nomeadamente relacionados com as Áreas de Desenvolvimento Turístico da Herdade da Comporta onde se incluem os campos de golfe (ADT2 e ADT3) e os Empreendimentos Turísticos da Costa Terra e do Pinheirinho. Assinala-se, fora do SIC Comporta-Galé, mas nas freguesias da Comporta (Alcácer do Sal) e do Carvalhal (Grândola) os Empreendimentos turísticos da Península de Troia, concretizados a cerca de 20 %.

Fator	Impactes cumulativos com outros projeto localizados na proximidade do Projeto Agrícola HTS
Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos	O Aditamento considerou os dados de pressões qualitativas e quantitativas fornecidos pela ARH Alentêjo e a ocupação do solo atual e prevista num futuro próximo, referindo este documento que não se prevêem impactes cumulativos no estado qualitativo e quantitativo das massas de águas superficiais, pois se por um lado o projeto se localiza nas cabeceiras das massas de água, por outro não capta água superficial. Relativamente aos impactes cumulativos na massa de água subterrânea poderá ocorrer a descida da superfície piezométrica, no entanto, esta não será significativa. Esta situação é comprovada pela atual rede de monitorização da APA, existente na zona de incidência do projeto, que demonstra não existir um rebaixamento dos níveis piezométricos do aquífero, existindo atualmente ainda um artesianismo repuxante. Refere ainda o Aditamento que avaliados os dados de extrações associados à massa de

	<p>água em questão (T3), a taxa de exploração apresentada no PGRH Tejo é 23%, não sendo por isso expectável que as extrações ultrapassem os 90%, conforme definido pela Portaria n.º 1115/2009, de 29 de setembro, dos recursos renováveis, não constituindo assim um impacto significativo na massa de água.</p> <p>A Portaria n.º 1115/2009, 29 de Setembro, indica que o bom estado quantitativo de uma massa de água é atingido quando a taxa média de captação a longo prazo é inferior a 90% da recarga média anual. Assim, o valor disponível para extração na área do projeto (188 ha) pode tomar valores entre 0,2 e 0,3 hm³/ano. O abastecimento de água para rega deste projecto deve implicar a disponibilização de volumes anuais médios da ordem dos 0,18 hm³/ano.</p> <p>De referir que, nas imediações deste projeto agrícola, existem outros projectos agrícolas, ou em fase de implementação (com DIA emitida), ou com processo de avaliação ambiental a decorrer, ou já implementados, que também prevêem consumos de água subterrânea, a saber:</p> <p>Projeto Agrícola HM, localizado na Herdade do Monte Novo do Sul, com uma área de implantação de 649 ha, contemplando uma superfície irrigável de 528,5 ha, em fase de implementação e com DIA emitida, com um consumo previsto de 0,9 hm³/ano;</p> <p>Projeto Hortícola da Herdade da Comporta, com uma área total de 982 ha, parcialmente implementado e com DIA emitida, com um consumo estimado de 0,82 hm³/ano.</p> <p>Projeto Agrícola HTN na Herdade das Texugueiras Norte (HTN) (projeto agrícola em estudo e em fase de AIA), confina a norte com o Projeto Agrícola HTS. A propriedade de implantação do projeto tem uma área de 282,25 hectares, contemplando o projeto uma área de intervenção de 264 ha, com ocupação de 114 ha de pomares. Estima-se que quando o projeto agrícola HTN estiver em pleno, o abastecimento de água para rega deve implicar a disponibilização de volumes anuais médios da ordem dos 0,57 hm³/ano (para o pomar em plena produção).</p> <p>Se se considerar a área total dos quatro projectos (2102 ha), assumindo a mesmas condições de recarga, o valor disponível para extração pode tomar valores entre 2,5 e 3,8 hm³/ano. Assim, tendo em conta as necessidades anuais dos quatro projetos (~3 hm³), considera a CA que não está em risco o bom estado quantitativo da massa de água subterrânea da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, sendo, no entanto, previsível a descida da superfície piezométrica.</p>
<p>Sistemas Ecológicos – Fauna, Flora, Vegetação e Biodiversidade</p>	<p>No que concerne aos Impactes Cumulativos, o principal impacto do projeto decorre na fase de construção e incide essencialmente sobre os habitats naturais 2230 (Dunas interiores com prados abertos de <i>Corynephorus</i> e <i>Agrostis</i>) e 2260 (Dunas com vegetação esclerófila da <i>Cisto-Lavanduletalia</i>) e sobre uma pequena mancha de habitat prioritário 2250*. Não foi possível avaliar os impactos sobre as espécies de flora importantes para a conservação que provavelmente poderão ocorrer na área de intervenção do projeto, uma vez que a prospeção de campo não revelou a sua presença. Considera-se assim adequado que, no que concerne ao descritor Sistemas Ecológicos, o recurso ambiental sobre o qual se avaliam os impactos cumulativos sejam os valores naturais referidos.</p> <p>Em relação ao âmbito geográfico, considera-se que o mais adequado será focar a análise no contexto do SIC Comporta/Galé. Na caracterização da situação de referência foi estimado que na área de inserção do projeto ocorrem cerca de 178,55 ha com habitat 2260, cerca de 61,92 ha com habitat 2230 e apenas 0,06 ha com habitat prioritário 2250*. Todas estas áreas apresentam povoamentos florestais de pinheiro-manso, de pinheiro-bravo ou mistura destas duas espécies. Estima a CA que a área a intervir pelo projeto corresponderá a cerca de 0,64% da totalidade da área do SIC Comporta/Galé (32 051 ha).</p> <p>O impacto cumulativo sobre estes habitats naturais é assim negativo, direto, temporário, de magnitude moderada, certo e reversível. Dadas as considerações anteriores a reversibilidade do impacto e a reduzida área ocupada no SIC Comporta/Galé, considera a CA o impacto pouco significativo, contudo uma vez que poderá estar em causa a possível afetação de uma espécie prioritária para a conservação (<i>Armeria rouyana</i>) o impacto poderá tornar-se significativo.</p>
<p>Solos e Ocupação Atual do Solo</p>	<p>Os solos presentes na área de intervenção dos projetos já implementados ou previstos nas proximidades do projeto agrícola HTS não apresentam problemas estruturais ou de toxicidade para as plantas. A manutenção de uma qualidade razoável da água de rega e a utilização de práticas de lavagem de sais do solo poderão evitar problemas futuros de perda de rendimento. A monitorização contínua da qualidade da água de rega que é utilizada e do teor de alcalinização e de salinização destes solos poderá evitar problemas relacionados com a salinização e com a alcalinização e assim evitar a toxicidade das plantas, a alteração da estrutura do solo, o aumento do uso de fertilizantes ou a perda de produtividade. As ações de fertilização previstas são distribuídas ao longo do ano de forma diferenciada consoante a estação, as condições climáticas, o solo e o tipo de cultura (análise da água de rega), de modo a serem evitadas fertilizações em excesso.</p> <p>Os sistemas de mobilização reduzida, a adoção de culturas ou rotação de culturas heterogêneas que aumentem a quantidade de resíduos deixados no terreno, promovem o aumento do teor de matéria orgânica, o que, por sua vez, aumenta o potencial produtivo e a atividade biológica do solo, traduzindo-se numa maior capacidade do solo em decompor resíduos de eventuais pesticidas neles aplicados. O recurso a todas as ferramentas de proteção integrada (diversificação cultural, variedades resistentes, proteção dos organismos benéficos, estações de aviso, etc.) e a seleção de pesticidas com menor persistência e toxicidade são fundamentais para a proteção do recurso solo.</p> <p>Assim, considerando as práticas produtivas que o projeto HTS preconiza, bem como as medidas de minimização constantes do presente parecer, os impactos negativos gerados, juntamente com os outros projetos já implementados ou previstos, serão negativos, embora pouco significativos para o solo. Relativamente ao uso actual do solo, considera a CA que os usos agrícolas propostos, quer no presente projeto, quer nos projetos já implementados ou previstos, embora não correspondam a usos florestais previstos no PDM, no âmbito da revisão do PDM e de acordo com o parecer da CMAS poderá ser equacionada a redefinição do espaço.</p> <p>Em síntese, considerando os impactos cumulativos dos projetos existentes nas proximidades da HTS, e tomadas as devidas precauções, conforme previsto no âmbito do presente projeto agrícola, referem os</p>

Elementos Adicionais que existem impactes negativos para o solo relativamente à erosão, à salinização, à alcalinização e à contaminação do solo, pouco significativos se aplicadas as medidas de minimização e o plano de monitorização constantes do presente parecer.

6. Parecer Técnico da Entidade Pública

Foi recebido um parecer externo, da Câmara Municipal de Alcácer do Sal (CMAS).

Aspetos fundamentais do Parecer da CMAS – O Parecer da CMAS apresenta uma breve descrição do projeto e efetua uma transcrição sucinta do EIA relativamente aos fatores Solos e Ocupação Atual do Solo, Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos, Ecologia, Paisagem, Ordenamento do Território e Condicionantes e Socioeconomia. Relativamente ao fator Ordenamento do Território e Condicionantes, a CMAS efetuou a sobreposição da área de intervenção do projeto com os Planos Municipais de Ordenamento do Território em vigor, referindo o seguinte no seu Parecer:

- *Enquadramento no PDM:*
 - ✓ *Reserva Agrícola Nacional (RAN) – A área de intervenção e respetivas áreas de produção não integram a RAN.*
 - ✓ *Reserva Ecológica Nacional (REN) – A área de intervenção do projeto não integram a REN.*
 - ✓ *Planta de Ordenamento – As áreas de produção estão incluídas em Espaços Florestais de Produção.*
 - ✓ *Planta de Condicionantes – A totalidade da área de intervenção encontra-se inserida em área de biótopos-sítios com interesse Número 107 (atualmente designada por sítio 107 (atualmente designada por sítio Comporta-Galé, no plano sectorial da rede natura 2000) e parcialmente em cabeceiras de linhas de água. E na extrema nascente/Sul é ligeiramente atravessada por uma linha de água (servidões de domínio público hídrico).*

Nota: a delimitação da Reserva Ecológica Nacional definida no PDM, será objeto de alteração, em virtude da nova delimitação da REN, aprovada e publicada por despacho n.º 12212/2014, de 3/10/2014.

Condicionantes do PDM

No que se refere à implantação dos vários Pivots na área de intervenção, esta terá de ser alterada de modo a dar cumprimento ao afastamento de 20m exposto na alínea a) do número 1 do artigo 18.º do regulamento do PDM.

Em termos do abate de sobreiros presentes na área de intervenção deverá ser respeitado o descrito no n.º 1 do artigo 30.º do regulamento do PDM.

A CMAS transcreve o Regulamento do PDM no seu artigo 12.º, ou seja:

(...)

Artigo 12º - Espaços Florestais

1 - Os espaços florestais subdividem-se em espaços florestais de produção e de protecção.

2 - Nos espaços florestais de produção é permitido:

- a) A plantação de eucaliptos, pinheiros e outras espécies exóticas nos termos do disposto na legislação específica;*
- b) A plantação de azinheira, sobreiro e outras espécies autóctones;*
- c) O corte, desde que se observe o disposto na legislação vigente;*
- d) Operações culturais integradas na exploração de cada um dos povoamentos.*

3 - Nos espaços florestais de produção, as construções obedecerão aos seguintes condicionamentos além dos estabelecidos no artigo 10º:

- o índice máximo de utilização líquido para propriedades de área superior a 7.5 hectares é de 0.004 por hectare, correspondendo 0.002 ao índice máximo para habitação e 0.002 ao índice máximo para construção de apoio às actividades agrícolas ou florestais.

4 - Nos espaços florestais de protecção é condicionado:

- a) O corte e a reconversão do montado de sobreiro e azinho, nos termos do artigo 28º do presente regulamento;*
- b) A plantação de eucaliptos, nos termos da legislação vigente;*
- c) A plantação de espécies autóctones, nos termos da legislação específica;*
- d) As actividades agrícolas de sequeiro e regadio- anuais e permanentes - bem como outras acções não classificadas são restringidas nos termos da legislação específica.*

5 - Nos espaços florestais de protecção, as construções obedecerão ao seguinte condicionamento, além dos estabelecidos no artigo 10.º:

O índice máximo de utilização líquido para propriedades de área superior a 7,5ha é de 0.003/ha,

correspondendo 0,0015 ao índice máximo para habitação e 0,0015 ao índice máximo para construção de apoio às actividades agrícolas ou florestais.

(...)

- *Enquadramento no Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)*
De acordo com o Parecer da CMAS, as áreas de produção apresentam uma Perigosidade Baixa e pontualmente Moderada, no limite poente. Em relação ao Risco de Incêndio a área de produção encontra-se classificada como Moderada e pontualmente Elevada, no limite poente.

Conclusão

(...)

O projeto hortícola da Herdade das Texugueiras Sul poderá tornar-se uma mais-valia em termos socioeconómicos, contudo dever-se-á acautelar que o mesmo não promova a descaracterização da paisagem e a diminuição dos valores naturais tão importantes para o concelho.

No que se refere aos impactes cumulativos é importante referir que muito próximo do presente projeto prevê-se a instalação de outras explorações do mesmo ramo de atividade. Para além destas, prevê-se também a futura instalação de outros projetos, nomeadamente turísticos com impactes relevantes sobre esta área. Neste contexto, e tendo em consideração os vários impactes daí resultantes, os mesmos poderão acentuar os impactes da exploração agrícola alvo do EIA.

De acordo com o enquadramento nos PMOTs em vigor, salienta-se a sobreposição das áreas de produção agrícola sobre a área de espaços florestais de produção definida em PDM, contudo esta situação não se encontra interdita, de acordo com a redação do artigo 12.º do Regulamento do PDM.

No que se refere a condicionantes existentes na área de intervenção é importante referir o não cumprimento do afastamento à linha de caminho-de-ferro existente, no limite nascente da propriedade, de acordo com a redação do artigo 18.º. para além do acima descrito a área de produção agrícola encontram-se inseridas no sítio Comporta-Galé, do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, o que demonstra a sua importância em termos ambientais. Dada a sua importância ambiental considera-se vantajoso que se promova no interior da área de intervenção, a definição de uma área vocacionada para a conservação dos valores naturais. Na qual seriam mantidos os exemplares arbóreo e promovidas ações de conservação dos habitats existentes, por forma a acentuar a concretização de uma das medidas de minimização propostas no EIA.

Desta forma e após as situações acima descritas estarem ultrapassadas considera-se que não existirá inconveniente à instalação do referido projeto, pois a implementação do mesmo será uma mais-valia, para a concretização de políticas de desenvolvimento territorial, tal como em termos socioeconómicos para o Concelho.

Comentário da CA – A CA considerou o parecer da CMAS no presente parecer.

7. Resultados da Consulta Pública

O período da Consulta Pública decorreu durante 20 dias úteis, de 14 de julho a 10 de agosto de 2016. No âmbito da Consulta não foi recebido qualquer parecer.

8. Conclusões

- ✓ O projeto em avaliação – Projeto Agrícola Herdade das Texugueiras Sul, refere-se a um projeto agrícola de produção de batata, de cenoura e de cebora, em regime de rotação de culturas, sendo proposta uma área irrigável de 148 ha, sendo que o mesmo se desenvolve na Herdade das Texugueiras Sul numa área de 188,03 ha. Está prevista a construção de infraestruturas de apoio à actividade agrícola.
- ✓ O projeto potencia a ocorrência de impactes negativos sobre os Recursos Hídricos e sobre os Solos, sobretudo na fase de exploração do projeto, pelo rebaixamento da superfície piezométrica e pela contaminação dos solos por produtos fitofarmacêuticos e por fertilizantes.
- ✓ Em termos de Ordenamento do Território e de acordo com o Regulamento do PDM de Alcácer do Sal, o projeto abrange a classe de espaço “Espaços Florestais de Produção”, sendo que o parecer interno recebido no âmbito do Ordenamento do Território remete o enquadramento do projeto para a revisão do PDM em curso. Por outro lado, o parecer da CMAS refere que o projeto poderá ser viável desde que cumpridos alguns aspetos, os quais foram vertidos para condicionantes do presente parecer.
- ✓ Relativamente aos Sistemas Ecológicos, aquando da visita ao local (23 de Agosto de 2016), a CA (com exceção da Eng.ª Antonieta Ramalho e do Eng.º Joaquim Condeça) verificou que existiam espécies no terreno que não se encontravam identificadas e descritas no EIA, nomeadamente, a espécie *Calluna vulgaris* e espécies do género *Erica* e, ainda, as espécies *Ulex australis subsp. Welwitschianus* e *Genista triacanthos*. Foi ainda detetada pela CA a presença de uma faixa do habitat prioritário 2150 (quase paralelamente à extrema norte da propriedade), assim como de núcleos deste habitat em

mosaico com o habitat 2260 (que predomina).

Verificou ainda a CA a presença dispersa de exemplares de *Juniperus navicularis* (o que revela que esta área tem potencial para o desenvolvimento do habitat prioritário 2250) e de pequenos núcleos dispersos das espécies *Armeria rouyana*, ao contrário do que é referido no EIA. Ainda na Herdade das Texugueiras Sul existem povoamentos de pinheiro manso e/ou misto de pinheiro manso e bravo que apresentam boas condições fitossanitárias e estão em plena produção. Relativamente ao subcoberto desta área, são detetáveis faixas do habitat prioritário 2150, assim como pequenos núcleos em mosaico com o habitat 2260 que é predominante. A sul, junto à extrema, surgem núcleos do habitat 2250, pela presença dominante de *Juniperus navicularis* com uma extensão considerável.

Assim, conclui a CA que toda a propriedade apresenta valores naturais relevantes, dos quais se salientam as faixas e os núcleos do habitat prioritário 2150 e os núcleos do habitat prioritário 2250 (não apenas o cartografado no EIA a norte, mas também a sul).

Apesar da avaliação dos impactes apresentada no EIA não estar adequada aos valores naturais existentes do terreno, em particular da flora e vegetação, conclui a CA que os impactes expectáveis decorrentes da implementação do projeto sobre este recurso serão negativos bastante significativos, face à extensa área agrícola proposta no EIA em relação à dimensão da propriedade que se insere na sua totalidade em SIC Comporta-Galé. Acresce ainda o facto da proposta de abate de uma extensa área de povoamento de pinheiro manso, não ter sido ponderada nos documentos apresentados para avaliação como impacte negativo muito significativo, uma vez que a área em causa se insere numa região de excelência de produção de pinhão – a região de Alcácer do Sal.

Contudo, não obstante os valores naturais em presença detetados em toda a propriedade, o projeto poderá ser viável desde que se reduza o fator mais impactante do projeto, ou seja, a área irrigável, pela inerente destruição do coberto vegetal e dos valores naturais que lhe estão associados, ou seja, deverá o projeto ser reformulado em função da existência dos referidos valores naturais, propondo, a CA, para esse efeito, o seguinte:

- i. A redução destas áreas irrigáveis;
- ii. A realocização de alguns pivôs para zonas mais favoráveis, numa área onde o recurso seja menos relevante, por um lado, e a dinâmica característica deste tipo de vegetação, que em períodos de retração agrícola, volta a colonizar as áreas abandonadas;
- iii. A criação de faixas sem agricultura que permitirão conservar as áreas de vegetação em bom estado de conservação.
- iv. Avaliação dos impactes ambientais expectáveis decorrentes da proposta de nova área a apresentar no âmbito da reformulação do Projeto Agrícola HTS – Herdades das Texugueiras Sul.

Considera então a CA que, a redução das áreas irrigáveis, associada a uma realocização mais favorável dos pivôs, numa área onde os valores naturais são menos relevantes, por um lado, e a dinâmica característica deste tipo de vegetação, que em períodos de retração agrícola, volta a colonizar as áreas abandonadas, associada à criação de faixas sem agricultura que permitirão conservar áreas de vegetação em bom estado de conservação, e assegurar a futura recolonização das áreas, caso venham a ser desativadas, por outro lado, vão assegurar a minimização dos efeitos da destruição da vegetação natural, assim como assegurar a sua perpetuidade.

- ✓ Relativamente à Socioeconomia, serão gerados impactes positivos na fase de exploração do projeto, em concreto, no que se refere à criação de emprego e à dinamização do sector primário e da economia da região. Estimando o EIA 4 pessoas para trabalho especializado e 20 pessoas para trabalhos de colheita e de manutenção na fase de exploração.
- ✓ Em termos cumulativos com outros projetos, considera a CA que serão gerados impactes negativos sobre os Recursos Hídricos, sobre os Solos e sobre os Sistemas Ecológicos. Relativamente aos Recursos Hídricos e aos Solos os impactes identificados serão negativos significativos sobretudo na fase de exploração, pelo rebaixamento da superfície piezométrica e pela contaminação do solo pelo uso de produtos fitofarmacêuticos e de fertilizantes, respetivamente.

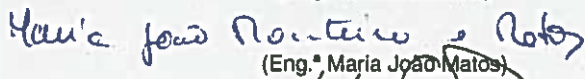
Assim, face ao anteriormente exposto, considerando os factores ambientais determinantes nesta avaliação, ou seja, os Recursos Hídricos, os Solos e os Sistemas Ecológicos, considerando ainda a informação de que a CA dispõe na presente data, e não obstante que alguns dos impactes gerados sobre estes factores ambientais, apesar de negativos significativos, poderão ser minimizados pela aplicação de medidas de minimização adequadas, e considerando ainda que os impactes sobre os Sistemas Ecológicos não foram adequadamente avaliados, face aos valores naturais em presença, não é possível neste momento a CA emitir parecer favorável ao Projeto Agrícola HTS – Herdades das Texugueiras Sul, por não dispor de informação suficiente que lhe permita o apoio à decisão, e também por considerar que a reformulação proposta irá, inevitavelmente, promover alterações no que se refere aos impactes gerados sobre todos os factores ambientais, carecendo o projeto reformulado da respectiva avaliação de impactes, bem como da nova definição de medidas de minimização.

Assim, a CA propõe que se aplique o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de Março, e pelo Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de Agosto, ou seja, propõe a CA que deverá ser ponderada, juntamente com o proponente, a eventual necessidade de modificação do projeto para evitar ou reduzir efeitos negativos significativos no ambiente, assim como sobre a necessidade de prever medidas adicionais ambientais de minimização ou de compensação.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR-Alentejo)


(Eng.ª Joana Venade)


(Eng.ª Maria João Matos)


P.º (Eng.º Luís Rufo)

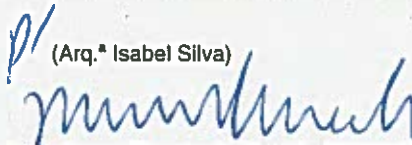
Agência Portuguesa do Ambiente, I.P./Administração Hidrográfica da Região Alentejo


(Eng.º Joaquim Condeça)

Direcção-Geral do Património Cultural/Direcção Regional de Cultura do Alentejo


(Dr.ª Esmeralda Gomes)

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)


(Arq.ª Isabel Silva)

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAP Alentejo)


(Eng.ª Antonieta Ramalho)

